

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**SABER CUIDAR – SABER INTERVIR: UM DESAFIO DOS  
PROFISSIONAIS DO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL DAS VARAS  
DE FAMÍLIA DO FÓRUM DA CAPITAL/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Assistente Social, orientado pela professora Marly Venzon Tristão.

LARISSA CHRISTINA LEIFER NUNES

*Defendido em:  
29/04/02*

FLORIANÓPOLIS, ABRIL DE 2002.

  
Prof.<sup>ª</sup> Krystyna Matys Costa  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

**BANCA EXAMINADORA**

.....  
**MARLY VENZON TRISTÃO**  
PRESIDENTE DA BANCA

.....  
**TÂNIA APARECIDA CAMPOS DA SILVA**  
1ª EXAMINADORA

.....  
**MARIA DO ROCIO MENDES SOUZA**  
2ª EXAMINADORA

## AGRADECIMENTOS

Muitas **pessoas** se fizeram presentes em minha vida acadêmica e pessoal, porém seria difícil mencionar todas aqui. Desta forma, agradeço em **especial**:

A **Deus**, força superior.

Aos meus pais, **Paulo** e **Miriam**, que com seu amor, dedicação e incentivo, me ajudaram a chegar até aqui.

Ao meu namorado, **Juliano Campos**, presente em todas as etapas deste trabalho, com toda atenção e carinho. A você, todo o meu amor!!!

Aos meus irmãos, **Rodrigo** e **Denise**, pelo apoio e pelos momentos de descontração.

Às amigas, **Karen**, **Leila** e **Triciana**, amizade nascida e fortalecida ao longo dos quatro anos de curso. Lembrem-se que verdadeiros amigos sempre estarão unidos pelo coração. Adoro vocês!!!

Aos **colegas** de curso, pelos muitos momentos de alegria e angústias divididos.

À orientadora deste trabalho, Prof<sup>a</sup>. **Marly**, por orientar-me com toda disponibilidade, paciência e carinho.

À supervisora de campo, **Tânia**, por me receber de braços abertos, sempre disposta a me ouvir e me ajudar em minha vida, seja ela acadêmica, profissional ou pessoal.

Às assistentes sociais, **Angelika** e **Arlete**, pelo respeito e atenção.

Aos **usuários** do setor de Serviço Social do Fórum da Capital, pois sem eles este trabalho não teria sentido.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>05</b>
 <b>CAPÍTULO I FAMÍLIA: UNIDADE DA MULTIPLICIDADE .....</b>	<b>07</b>
1.1 A FAMÍLIA E AS SUAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	07
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA.....	09
1.3 CONFLITO CONJUGAL.....	15
 <b>CAPÍTULO II JUSTIÇA E SERVIÇO SOCIAL DAS VARAS DE FAMÍLIA.....</b>	<b>25</b>
2.1 A INSTITUIÇÃO – FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DA CAPITAL.....	25
2.2 SERVIÇO SOCIAL NO JUDICIÁRIO CATARINENSE (HISTÓRICO).....	25
2.3 SERVIÇO SOCIAL NAS VARAS DE FAMÍLIA DO FÓRUM DA CAPITAL.....	26
2.3.1 ATENDIMENTO AO PÚBLICO.....	27
2.3.2 ESTUDO SOCIAL EM PROCESSO.....	28
2.4 SERVIÇO SOCIAL E MEDIAÇÃO FAMILIAR.....	36
2.5 O CUIDADO.....	40
2.5.1 A CATEGORIA CUIDADO.....	40
2.5.2 O CUIDADO COM AS FAMÍLIAS.....	44
2.6 AÇÕES DE CUIDADO.....	48
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>57</b>



## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é resultado da experiência vivenciada no Estágio Curricular Obrigatório realizado no setor de Serviço Social das Varas de Família, Órfãos e Sucessões do Fórum de Justiça da Comarca da Capital, localizado na Avenida Gustavo Richard, 434, Centro, Florianópolis/SC.

A família, como um sistema aberto, experimenta pressões em direção à mudança, tanto internamente, através de membros individuais, satisfazendo as exigências de seus ciclos de vida, como externamente, através das exigências sociais.

Dessa forma, pode-se dizer que a qualidade de vida das famílias, depende da articulação que cada uma consegue fazer entre as demandas advindas de seu espaço social e as formas de lidar com as transformações ocorridas no âmbito de todas as relações estabelecidas na família.

A prática de estágio junto as famílias que procuram o setor de Serviço Social possibilitou-nos o contato direto com casais enfrentando necessidades pessoais que se traduziam em conflitos conjugais. Estes conflitos estão ligados ao amor, fantasias e expectativas frustradas.

As pessoas procuram este setor em busca de esclarecimento e ajuda frente aos problemas que vivenciam e que se refletem na realidade conjugal, tentando, além de compreendê-los, buscar uma solução, despertando assim, o nosso interesse em abordar esta questão.

Este trabalho foi dividido em dois capítulos.

O primeiro capítulo aborda o espaço das relações familiares atravessadas pelas necessidades que são postas à família, que vivencia no cotidiano as refrações da questão social.

Neste mesmo capítulo falaremos sobre a família, conceito, breve histórico e mais especificamente as necessidades que se apresentam quando da separação.

Consideramos como “casamento” a união mais ou menos duradoura entre um homem e uma mulher, independente de oficialização, ou seja, de obedecer aos padrões convencionados socialmente.

No segundo capítulo faz-se o reconhecimento da instituição de estágio bem como a ação profissional frente a demanda e o acesso desta à justiça.

Abordaremos também a prática de mediação familiar que tem seu início quando uma ou mais partes procuram o setor de Serviço Social em busca de uma resolução imediata as questões ligadas a esfera familiar.

No item que segue trataremos da necessidade de intervir com cuidado no que se refere as questões familiares, pois lidamos com uma problemática carregada de significados subjetivos e afetivos.

Colocaremos também a nossa intervenção enquanto estagiária, a partir de ações de cuidado, frente aos problemas de ordem familiar e conjugal. Para tanto, ilustraremos nossa prática através de um acordo realizado no setor de Serviço Social.

É de fundamental importância o estudo das questões subjetivas no interior das questões sociais, por entendermos que estas nos afetam profundamente e perpassam todas as relações sociais, familiares e conjugais que mantemos.

Ao final, segue-se uma conclusão, que poderá ser aproveitada por profissionais, acadêmicos e estagiários de Serviço Social.

## **I FAMÍLIA: UNIDADE DA MULTIPLICIDADE**

### **1.1 A FAMÍLIA E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS**

Partindo do pressuposto de que o Serviço Social tem como objeto de intervenção as refrações da questão social, nas Varas de Família o assistente social tem como objeto de trabalho as contradições vividas pela família contemporânea.

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. (IAMAMOTO, 1997, p.14)

A ação profissional dos Assistentes Sociais não limita-se à esfera do macro-social, mas também às relações do micro-social. Ou seja, estes profissionais se confrontam diariamente não só com necessidades e carências ligadas à esfera econômica e conjuntural, mas também as que envolvem afetividade, sentimentos, subjetividade.

Segundo Hegel apud Sawaia (1993) “o fundamento de uma coisa se dá pela maneira que ela está relacionada com as outras coisas”, esta relação é denominada por ele de mediação.

Através do estudo dos fenômenos subjetivos e dos fenômenos sociais como mediações, ou seja, como introdução do outro em si, que se estabelece a identidade entre a sociedade e o indivíduo, considerando que um é igual ao outro, embora sejam diferentes.

A sociedade através da imposição de papéis, torna-se guardiã de normas e valores, controlando assim, a multiplicidade.

Existem normas e regras necessárias à manutenção da vida coletiva que se desvirtuam numa política de normatização através de papéis impostos e vividos como estigmas, criando a imagem aparençial da identidade do Eu e da identidade coletiva como permanência, como marca distintiva e definitiva das pessoas e dos grupos. (SAWAIA, 1998, p. 103)

A família permite a participação do indivíduo na sociedade, a vivência de semelhanças, podendo ser considerada como o elemento que representa a unidade na vida do indivíduo na sociedade capitalista. Portanto elemento fundamental para que se estabeleça a identidade do Eu, dando sentido de continuidade para que os indivíduos possam transcender suas particularidades, permitindo a comunicação entre si, não existindo a dominação de uma sobre a outra.

A identidade do homem é construída no constante confronto entre o uno e o múltiplo. Este movimento se dá no decorrer da vida, na combinação da igualdade e da diferença em relação a si mesmo e aos outros. A existência do indivíduo, sua posição em relação as coisas, caracteriza a unidade da multiplicidade, ou seja, a individualidade dentro da coletividade.

Como afirma Sawaia (1998, p. 101) “é compreender que nada aparece como coletivo, sem que antes tenha sido vivido subjetivamente, enquanto necessidade e sentimento do Eu.”

Consideramos neste trabalho que afeto e emoção são fenômenos sociais, tanto quanto classe social, relações de poder e trabalho são fenômenos subjetivos, colocando, então, sempre em confronto o uno e o múltiplo.

Estes elementos devem ser considerados como parte de um mesmo processo, não podem ser estudados separadamente, pois são mediações do processo de subjetividade. Apresentam-se como multiplicidades em relação e movimento, mas no cotidiano se apresentam como unidade e estabilidade.

No setor de Serviço Social das Varas de Família do Fórum da Capital, o uno é considerado o particular, o único, e o múltiplo por sua vez, é o contexto maior, no qual o uno está inserido.

Cotejamos o usuário entendido em sua universalidade e o usuário entendido em sua singularidade para demarcarmos que o perfil do usuário que atendemos nas Varas da Família não é apenas aquele que apreendemos a distinguir como explorado, ou como qualquer outra denominação que simbolize como vítima do sistema capitalista, mas, sim, aquele usuário que sofre, que ama, que tem inúmeras dificuldades de ordem familiar e que busca desesperadamente sua identidade. O usuário das Varas da Família é aquele

que busca respaldo, em nossas ações para os seus problemas mais subjetivos.  
(SOUZA, 1997, p. 31)

O uno e o múltiplo devem estar sempre relacionados. Não se pode ver o particular sem se enxergar o universal e nem se pensar o universal sem considerar as particularidades, as diferenças.

...as relações sociais não são apenas cognitivas ou sociais, elas têm carga afetiva, bem como os sentimentos não são pulsões naturais nem funções unicamente orgânicas, biológicas, universais; são representações sociais que além da singularidade, expressam determinações sociais complexas.  
(SAWAIA, 1998, p.105)

Assim, não basta entender as palavras ou as ações dos sujeitos, é necessário também compreender seus motivos, suas emoções, ou seja, sua carga afetiva, pois cada um desses elementos faz parte de um mesmo processo.

A seguir, vamos conceituar a família, dar um breve histórico de sua trajetória, além de discutir suas transformações como estratégias de sobrevivência no contexto o qual está inserida.

## 1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA

Ao abordar o tema família devemos, antes de tudo, tomar cuidado para não cair na teia de relações e significações do nosso universo, ou seja, sobre nossa base comum.

Como afirma Mioto (1999, p. 211) “a família faz parte do universo de experiências (real e/ou simbólica) dos seres humanos no decorrer de sua história. Sobre essa experiência, ao mesmo tempo comum e individualizada, todos têm algo a dizer.”

Precisamos definir de que família estamos falando, de que época, de que sociedade, de que espaço. Assim, podemos afirmar que a família é uma construção humana que se consolida, se modifica, se transforma sob influência recíproca do meio

social, pois partimos da idéia de que a família é uma instituição social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a estrutura social na qual esta inserida.

Strauss apud Mioto (1997) afirma que a família faz parte do mundo da cultura. Para ele, o fundamento da família não está na natureza biológica do homem mas na sua natureza social. Através de seus estudos, chegou à tese de que a família surgiu do imbricamento entre a natureza e a cultura, com a invenção do tabu do incesto.

A proibição do incesto está diretamente ligada à origem das regras do casamento que está calcado num sistema geral de trocas ao qual se denomina exogamia. Sua consequência é garantir a vitalidade dos grupos humanos, excluindo a possibilidade de ver a família biológica como sistema fechado de relações. (MIOTO, 1997, p. 116)

No Brasil, o modelo patriarcal e hierarquizado de família, objetivava reproduzir a lógica dominante, ou seja, as famílias eram formadas na tentativa de aumentar os privilégios e o poder.

Muitos casamentos eram arranjados pelas famílias de origem dos noivos, muitas vezes sem a participação destes, com interesses próprios como união de heranças e patrimônio. Esta união era fruto de interesses econômicos e políticos.

Necessidades sociais e econômicas forneciam os padrões para governar e nortear as regras de casamento. Com quem casar, quando casar, o trabalho, a criação dos filhos e o papel de cada um a ser cumprido, eram determinados por considerações de toda a família e não apenas por quereres individuais, separadamente. (JABLONSKI, 1991, P.50)

Os valores eram cristalizados e os papéis bem definidos.

A mulher não podia investir em si mesma, devia voltar-se ao âmbito doméstico, administrando a casa e a educação dos filhos. Estas atividades eram divididas com outras mulheres que, unidas por vizinhança ou parentesco, davam conta de todas as tarefas.

Todo esse mundo de atividades era praticado de "portas abertas" para a comunidade, dando à mulher apoio, atenção e suporte social.

As crianças não gozavam a infância, eram cobradas responsabilidades de pessoa adulta. Elas começavam cedo no trabalho, pois era grande o número de filhos do casal, tendo estes filhos que reforçar o orçamento doméstico. Eram percebidas como

pequenos adultos, atributos como inocência, vulnerabilidade, fragilidade, surgiram posteriormente.

O homem era considerado a mais alta autoridade na casa. Ele era o provedor, portanto, aquele capaz de decidir pelo destino de sua mulher e filhos. Todos na casa deviam subordinar-se a ele.

A comunicação entre os membros da família era limitada e as relações bastante formais. Havia uma divisão de tarefas estabelecidas pelos membros da família, não havendo conflitos, pois os direitos e deveres eram bem delimitados.

No que se refere a atividade sexual, a mulher estava voltada para a reprodução que representava a virilidade e a fertilidade do casal, não havia prazer sexual para ela, ao contrário dos homens que podiam buscar o prazer fora de casa.

O casamento era visto como uma união social importante, pois através dele que o Estado normatizava as ações da sociedade, já que a família constituía-se na base necessária à manutenção e à ordem social.

A dissolução do matrimônio era impensada, pois a família patriarcal assimilava valores da Igreja Católica, que contribuiu para reforçar as relações de dominação de um sexo sobre o outro.

A religião tem sido ao longo dos tempos uma poderosa força norteadora dos valores da família. A vasta documentação existente acerca da Idade Média atesta o alto grau de interferência exercida pela Igreja Católica na moral, na sexualidade e nas normas de comportamento, como um todo, das famílias cristãs. (JABLONSKI, 1991, p. 29)

A pós-modernidade trouxe mudanças de comportamento dentro do espaço familiar.

A industrialização causou a migração de muitas famílias ou jovens que trabalhavam em conjunto nos campos, sem remuneração, visando apenas a conservação da propriedade e a sobrevivência dos membros da família. Eles se depararam com uma nova forma de organização relacionada ao crescimento e realização dentro de várias profissões remuneradas.

Em toda a história da humanidade, família e casamento eram uma questão de sobrevivência: impossível sobreviver sem ambos. A medida que as funções econômicas foram passando da mão da família para instâncias criadas



posteriormente, foi desaparecendo a necessidade da família como fator indispensável a sobrevivência. (JABLONSKI, 1991, P. 50 )

Neste momento, a autoridade e o poder dentro da família foram colocados em questão, pois crianças e principalmente mulheres passaram a exercer o papel de provedoras. Como afirma Malheiros (1994, p. 66) “de parceira passiva na sociedade conjugal, incumbida das tarefas e dos encargos domésticos, a mulher passou a ter expressão na força de trabalho, participando de todas as atividades antes somente reservadas ao homem.”

Com a socialização do trabalho, o Estado passou a assumir funções antes reservadas à família, provocando um enfraquecimento do papel institucional desta que, ao perder suas funções sociais, passou a se caracterizar cada vez mais como um lugar de vida privadas.

Ao se dar ênfase na individualidade dentro da família, a vivência afetiva entre as pessoas passou a ser mais valorizada, e o amor conjugal, compreendido sobretudo em seu aspecto sexual, aparecendo como condição reconhecida socialmente para o sucesso do casamento.

Desde o final do século XVIII, o casamento por amor, a nova imagem da criança, a emancipação feminina e o isolamento da família nuclear tiveram como consequência a criação de um novo conceito de família como uma espécie de abrigo, um refúgio afetivo em meio a uma sociedade cada vez mais competitiva.

O processo de modernização, iniciado na segunda metade do século XX, ocasionou profundas implicações na configuração familiar. Dentre tais implicações podemos destacar, por um lado, a possibilidade de uma convivência maior entre as gerações, com o aumento da expectativa de vida, as transformações ocorridas na relação homem/mulher, bem como a reprodução e cuidado dos filhos passaram a ser só mais uma etapa do ciclo de vida das mulheres.

No momento em que a mulher veio competir pela sobrevivência, passou a informar-se e tomar consciência de problemas e de aspectos da vida antes ignorados, e aí encontrou novos ideais e novas formas de realizar sua felicidade. (MALHEIROS, 1994, p. 66)

A família moderna tem como finalidade satisfazer as necessidades afetivas e sexuais do casal. Ela utiliza modernos métodos contraceptivos, permitindo maior



liberdade sexual e o comando da procriação, o que garante o companheirismo e a exaltação da felicidade, além do desenvolvimento individual de cada membro da família.

... com o advento do feminismo e da pílula anticoncepcional, que, além de ser um método seguro e de não trazer incômodos para o ato sexual, tem também a particularidade de colocar nas mãos das mulheres o poder de evitar a concepção, a sexualidade se dissocia da procriação. (SOUZA, 1994, p. 36)

O movimento feminista foi a mola propulsora para a independência da mulher. Este movimento iniciou-se por mulheres de classe média e discutia questões voltadas aos direitos e necessidades das mulheres, pois o ingresso destas no mercado de trabalho, fez com que se deparassem com uma dupla jornada de trabalho, somada ao fato de que os empregos oferecidos a elas eram piores remunerados e sem possibilidade de ascensão.

Esse movimento pregava a igualdade com os homens, já que as mulheres foram para o mercado de trabalho e eles não aceitavam dividir as tarefas, os encargos domésticos, além de as considerarem menos capazes e produtivas.

As mudanças na estrutura familiar constituem-se em reflexo das transformações pelas quais passa toda a sociedade. Dessa forma, podemos dizer que a qualidade de vida da família depende da articulação que cada uma consegue fazer entre as demandas advindas de seu contexto social e as maneiras de lidar com as transformações ocorridas no âmbito das relações homem/mulher e pais/filhos.

O reconhecimento da família como totalidade implica em reconhecê-la dentro de um processo de contínuas mudanças, provocadas por inúmeros fatores, nos quais estão aqueles referentes à estrutura social em que as famílias estão colocadas e pelo processo de desenvolvimento de seus membros.

A família é uma instituição universal, constituída por pessoas que se unem, normalmente pelo convívio comum e matrimonial, onde possui as funções de procriação da espécie, da socialização entre os membros, na identificação social, entre outros. É existente em todas as culturas, tendo diferentes tipos estruturais nas várias sociedades, lugares e épocas de desenvolvimento da humanidade. As relações básicas dessa sociedade irão influenciar direta ou indiretamente a estrutura familiar, conforme os interesses que uma sociedade dá a certos valores, sendo que as estruturas vão se modificando, surgindo a partir de um momento da história, em que determinadas considerações sociais, culturais e políticas se fazem presentes. (RODRIGUES, 1995, p. 11)

É neste contexto que a família se modifica, buscando novos padrões e estruturas. Isto pode fazer com que a família, em alguns momentos de sua vida se caracterize tanto num espaço de felicidade, como num espaço de infelicidade, ou seja, num espaço de desenvolvimento para si e para seus membros, como num espaço de limitações e sofrimentos.

Apesar da instabilidade a qual se move a família ela constitui-se em um lugar privilegiado de cuidado e proteção de seus membros. Ela continua sendo para a criança o mais importante agente de socialização e formação da identidade.

Dentro do universo das relações familiares, ocorre o processo de individualização que, ao mesmo tempo vai incorporando o sentido de pertencer, ou seja, o significado do nós e dos outros.

No que se refere à composição da família, houve o aumento das famílias monoparentais, sobretudo as chefiadas por mulheres. Admite-se cada vez mais a diversificação das formas de família, não existindo somente o tradicional pai, mãe, filhos. Percebemos, além desta nova composição, a diminuição da família brasileira. As famílias menores, sem dúvida, são mais vulneráveis às situações de crise (mortes, desemprego e separações, por exemplo).

A interpretação para o aumento das famílias chefiadas por mulheres vai na linha da modernização, industrialização e abertura no leque de opções para a mulher nos países ricos, e das más condições de vida gerando instabilidade nas relações pessoais e familiares nos países pobres. (GOLDANI, 1994, p. 10)

Devido a diversidade de arranjos familiares existentes na sociedade brasileira faz-se necessário o uso do plural, ou seja, devemos falar de famílias e não somente de família.

Como afirma Mioto (1997, p. 120) “a família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos.”

As transformações que a família vem sofrendo ocasionaram o aumento do número de famílias recompostas, decorrente do crescente número de separações, divórcios e novos casamentos.

São as mulheres que vêm tomando a decisão pela separação, pois o atual modelo de conjugalidade vive em permanente instabilidade, os valores não são mais tão rígidos e as regras têm a possibilidade de revisão. Assim, a separação, antes impensável, torna-se uma alternativa para a solução de conflitos familiares, liberando os cônjuges de um relacionamento penoso, doentio, insatisfatório, para uma vida mais tranqüila.

...a conjugalidade vem se tornando lugar de sofrimento a partir do momento no qual ela não é mais um decisão de conveniência freqüentemente deixada à iniciativa das família segundo os imperativos sociais e patrimoniais, mas começa a supor e exigir que seu fundamento seja o amor. Fenômeno este, próprio à modernidade ocidental. (CALLIGARIS, 1994, p. 06)

As razões que levam a decisão de separação são inúmeras, como veremos no item a seguir.

### 1.3 CONFLITO CONJUGAL

A concepção moderna de conflito preconiza as relações conflituosas como elementos de qualidade de vida. Por serem inerentes as relações humanas, ou seja, fazerem parte de sua natureza, devem ser encarados e trabalhados da melhor maneira possível pelos sujeitos envolvidos, pois eles não acabam nunca.

Mas por outro lado podem se constituir em um problema, pois os sujeitos que passam por situações conflituosas, fazem trazer a tona questões que envolvem vulnerabilidade, insegurança, entre muitas outras.

Como vimos, o amor não era importante para o casamento, era visto como uma arte ou processo a ser desenvolvido, os casamentos não eram desfeitos se ele acabasse ou não se desenvolvesse.

Segundo Malheiros (1994, p. 81) “casavam-se porque isso fazia parte da necessidade social, e se acontecia de não serem demasiado infelizes era da ordem do acaso.”

A partir do momento que as pessoas começaram a ser ver livres para escolher seus próprios pares, o amor começou a se impor como critério para nortear as preferências conjugais.

Ao tornarem “sinônimos”, amor e casamento, as pessoas começaram a cair em uma armadilha, pois geraram expectativas que podem não se cumprir, frustrando-se e sentindo-se traídas em decorrência disto.

É nesse sentido que o amor pode ter se tornado, ao mesmo tempo, um fator de união e de desagregação do casamento contemporâneo.

O matrimônio incorpora expectativas não cumpridas, aspectos individuais de cada cônjuge, ou seja, características de sua família de origem. Ao casar o indivíduo compartilha com o outro o que trouxe e constrói algo novo, único.

O casamento é uma caminhada pela estrada da vida. Envolve um processo de autodescoberta em que um ajuda o outro a crescer e ser o melhor de si mesmo.

O processo de autodescoberta propicia a descoberta do outro. Ao crescer junto, rir e chorar junto, você vai construindo um vínculo de mutualidade. Casamento implica apoio mútuo, respeito mútuo, compreensão mútua, uma troca e uma constante realimentação. (MATARAZZO, 1992, p. 16)

A relação conjugal é um processo dinâmico evolutivo, constituído a partir da escolha do parceiro. Nessa escolha mútua, entram em cena conteúdos conscientes e inconscientes, ou seja, é fruto das motivações ligadas às fantasias, desejos, necessidades, impulsos, mecanismos de defesa, frustrações, vividas tanto na infância quanto no decorrer da própria vida.

O tipo de relacionamento que alguém estabelece e alimenta com as demais pessoas encontra-se firmemente alicerçado em experiências anteriores, com pessoas significativas e, dentre elas, de um modo muito particular com os pais. O casamento deles se constitui num ponto de referência permanente, a ser evitado, ou seguido, ou modificado. (ANTON, 1991, p. 23)

Tanto o homem quanto a mulher trazem a visão idealizada de que o amor/sentimento que os une irá compensar todas as frustrações sociais, traumas que viveram e suas relações familiares anteriores.

Contudo, o que observamos é que ambos os cônjuges criam um modelo idealizado do outro, perfeito para atender suas próprias necessidades, vontades e aspirações. E vivem tentando adaptar-se a esse modelo.

A adaptação pode dar-se por comodismo ou conveniência, afim de se evitar brigas, enfim cobranças que minam a relação. Assim, as pessoas se acomodam representando um papel que muitas vezes não corresponde ao seu ideal.

As expectativas colocadas no outro e a busca do amor como complementação e integração, têm promovido mais desentendimentos e crises do que concretizações.

Ao se unir, o casal deve ter como objetivo a criação de oportunidades para ter um espaço, onde possa desenvolver a capacidade de viver a dois. Deve buscar soluções criativas à medida em que surgirem os obstáculos e aprender as formas de viver com amor.

O casamento pode constituir uma oportunidade para a definição e desenvolvimento do ciclo familiar, pois o desenvolvimento e a estabilidade da família pressupõe a existência de uma relação conjugal capaz de desempenhar as funções que são fundamentais para o processo de reestruturação da mesma. Assim, é necessário que o casal estabeleça padrões de relacionamento baseados na complementaridade e na reciprocidade, a fim de estabelecer-se uma relação estável, que favoreça o desenvolvimento não só do casal, mas de todos os membros da família.

Segundo Miotto (1998) o ciclo vital da família se caracteriza pelas seguintes etapas:

- Casamento;
- Nascimento do primeiro filho;
- Idade escolar;
- Adolescência;
- Saída dos filhos de casa;
- Velhice.

A cada etapa deste ciclo a família perde seu arranjo, para depois se reorganizar. Nesses momentos de transição é natural que ela passe por um período de desorganização, encontrando assim, formas diferentes de viver a mudança. A família precisa ter essa capacidade de mudar, de se adaptar.

Por crises familiares estão sendo tomadas aquelas ligadas ao processo evolutivo da família, tais como casamento, nascimento, adolescência e as relacionadas com os

momentos críticos propriamente ditos, que são doenças, desemprego, prisão e separações, entre outros.

O enfoque do conceito de família enquanto sistema é a abordagem que melhor pode subsidiar a prática do assistente social das Varas de Família.

Enquanto sistema aberto, a família experimenta pressões em direção à mudança, tanto internamente, através de papéis de membros individuais satisfazendo as exigências de seu ciclo de vida, como externamente através das exigências sociais.

Salientamos que os espaços privado e público são vividos pelos membros da família concomitantemente e, portanto, a família reflete as transformações ocorridas no espaço público da interpelação entre o homem e a sociedade, bem com atua sobre essas transformações. A família e seus membros são dinâmicos, são compostos de necessidades e ambições em relação ao mundo exterior. (SOUZA, 1997, p. 33)

Todas as mudanças, sejam dentro ou fora do sistema, abalam o funcionamento familiar. Este processo de mudanças exige da família um período de adaptação para que não aconteça a desestruturação permanente de sua unidade.

Segundo Souza (1997, p. 34) “a família vive atualmente um dilema que é a conquista da individualidade de seus membros, da igualdade, e, conseqüentemente, entra em crise, pois separar o individual do coletivo é uma tarefa árdua.”

A família constitui-se em um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades, que organizam a estabilidade e a mudança.

Dentro do sistema familiar as funções são diferenciadas, cada subsistema possui uma função, e o indivíduo é considerado um subsistema.

Cada pessoa faz parte de vários subsistemas, uma mulher, por exemplo, pode ser mãe, filha, irmã, esposa.

O subsistema conjugal se forma a partir do momento em que duas pessoas de sexo oposto se unem com o propósito de formar uma família. Cada um dos cônjuges possui tarefas e funções específicas necessárias ao funcionamento da família. O casal deve desenvolver padrões de complementaridade, ou seja, padrões que permitam a cada cônjuge entregar-se sem a sensação de renúncia.

Os subsistemas dentro do sistema familiar não podem sufocar a individualidade de cada componente.



A família não pode ser vista e/ou entendida de forma fragmentada; pelo contrário, qualquer movimento interfere não somente nas outras partes, como também implica na reestruturação do todo.

Desta forma, o que acontece em uma das partes, interfere na configuração do sistema. Cada um dos membros pode ser tomado como começo, meio e fim do processo. Todos os membros da família estão envolvidos no problema que ela apresenta, sendo também parte da solução.

A interação entre os membros se organiza a partir de determinadas regras de relacionamento específico de cada família. Assim, como também constitui-se em uma entidade evolutiva exigindo, em determinados momentos, uma reestruturação das regras e das pautas de conduta.

A impossibilidade de evolução para uma nova estrutura geralmente implica no surgimento de “padrões disfuncionais” de relacionamento, ou seja, a ativação excessiva da homeostase ou da mudança, que podem estabilizar-se e ser um elemento gerador de crises, como as separações conjugais.

A separação conjugal é uma situação de crise que atinge a família como um todo e revela o acúmulo de fracassos nos vários momentos de convivência conjugal.

Muitas são as dificuldades que contribuem para o fracasso conjugal como: o ciúme, o rancor acumulado, a falta de comunicação ou diálogo, a dependência emocional, a imaturidade, a liberdade sexual, a emancipação feminina, o adultério, a questão profissional, dentre outros.

O alcoolismo, a violência doméstica (física ou verbal) também são apontados como sérios problemas no relacionamento conjugal que, muitas vezes, resultam no fim da relação.

Enfatizamos que esses fatores não podem ser considerados como único determinante, pois são resultado de vários outros acontecimentos, há uma interligação entre todos os fenômenos.

Como podemos perceber os fatores que contribuem para o fracasso conjugal podem também ser considerados como uma questão cultural, onde os valores adquiridos através da educação são determinantes no posicionamento adotado pelas pessoas.

Salientamos que a questão financeira da família merece destaque, pois a preocupação com a alimentação, moradia, saúde, dentre outros, dificulta o

relacionamento familiar, tornando-se prioridade na vida de cada ser humano, em detrimento do amor, do diálogo e da atenção para com a convivência familiar.

Segundo Matarazzo (1992, p. 120), a separação se caracteriza pelas seguintes etapas:

- Primeiro ocorre o divórcio emocional, percebe-se um esfriamento progressivo;
- A segunda etapa é a separação física, o sentimento é de rejeição;
- A terceira etapa é a separação geográfica;
- A quarta etapa é a separação familiar, os parentes são comunicados que a relação não tem mais volta;
- A quinta etapa é a divórcio social, uns amigos se afastam, outros procuram apoiar;
- A sexta e última etapa é a separação legal, quem vai ficar com quem e o quê? Pode ser a hora da vingança ou da esperança por uma conciliação.

Cada separação tem sua carga de sentimentos. Mas, em geral, as emoções despertadas aparecem numa ordem parecida para todas as pessoas.

Separar-se significa enfrentar um processo de “descolamento”: descola aqui, cola ali e a parte que você consegue descolar fica em carne viva. Nova tentativa. Descola ali, alívio, mas quando você se dá conta percebe que voltou a recolar. E o ciclo se repete. Surge uma enorme ferida emocional. (MATARAZZO, 1992, p.121)

Separar-se, na verdade, é um processo muito complexo, que começa a partir da decisão de ruptura do relacionamento, e que traz à tona um misto de sentimentos, emoções, como desgaste, estresse, saudade, perda, raiva, culpa, dor, desespero, ressentimento, depressão, angústia e em outros casos, alívio, paz, tranquilidade, harmonia, esperança, reconstrução, entre outros. Muitas vezes demora-se anos e anos até concretizar esta decisão, ou seja, decidir é uma questão muito difícil.

O casamento ruim, ao torna-se insustentável, aumenta o conflito e a separação torna-se uma alternativa. No conflito separa não-separa há hesitação, dúvidas, noção do que há de mau, mas também do que há (ou houve) de bom; surge o medo da mudança do novo, da solidão, do risco de não dar certo, de ficar numa pior do que já está; surge o medo de ser discriminado, de piorar a situação financeira e passar a viver “apertado”,



vem o medo de perder o conforto, a segurança e a proteção de ser uma pessoa casada. (MALDONADO, 1987, p. 87)

A separação jurídica não fará com que o rompimento seja definitivo e absoluto, pois os filhos terão sempre um pai e uma mãe. Enquanto idéia de afastamento a separação não condiz com a visão sistêmica, já que o todo significa a interação entre as partes e não sua simples soma.

A separação envolve desfazer projetos de vida importantes e também o luto por essas perdas, não apenas perda do parceiro, mas também sobre a quebra de expectativas e idéias sobre o casamento em geral.

Em outros casos não é tão terrível assim, nem sempre a separação é traumática, pois depende de como as pessoas encaram este fenômeno.

Nesta trajetória pós-separação, as pessoas posicionam-se diferentemente, dependendo de sua situação emocional, psíquica, interior e pela própria história de vida.

O negócio é ter coragem de ir fundo na dor, mergulhar de cabeça, viver o que for preciso sem perder a noção de que nada disso vai ser eterno. Com a certeza de que dói, mas passa. Ninguém se separa sem machucar o outro e a si próprio de algum modo. (MALDONADO, 1987, p. 110)

O casamento não é uma mera formalidade legal; é um vínculo entre duas pessoas, consolidado pela vida em comum e pelos hábitos que dela decorrem, pelas promessas feitas e pelos acordos acertados ou não.

O impacto da separação, costuma intensificar-se ainda mais quando, além da ruptura da convivência, há mudanças muito radicais da vida, como por exemplo, queda no nível financeiro, guarda dos filhos pelo outro cônjuge, partilha de bens, entre outros.

A separação implica também tomadas de decisões práticas. Teremos que desenvolver nossos relacionamentos, limitar os recursos econômicos, reorganizar as funções de pai e de mãe, alterar os papéis sociais. É hora de começar uma nova peça escrita e dirigida por você. (MATARAZZO, 1992, p. 122)

O fenômeno da separação está relacionado a adaptação à família monoparental, ao estresse econômico, a diminuição do contato com alguns membros da família, o aumento da responsabilidade do cônjuge que ficar com a guarda dos filhos e, muitas vezes, a chegada de novas pessoas no caso de novas uniões.

Quando as famílias estão passando pelo processo de separação entram em desequilíbrio e muitas acham que sua vida acabou, não conseguem perceber que é nessa desordem, nesse caos, que está a resposta, o caminho para a transformação.

Matarazzo (1992, p. 20) afirma que “quando, a mudança deixa de ser sinônimo de catástrofe, passa a ser menos temida e transforma-se em oportunidade, em perspectivas de passar para algo novo com maior força interior.”

Salientamos que a família é formada por relações dinâmicas e por isso há a possibilidade de transformação. Essas relações dinâmicas dão origem ao princípio de auto-organização, o qual dá possibilidade ao sistema familiar de estabelecer sua ordem, de se adaptar.

Como todo sistema, a família procura buscar um mínimo de equilíbrio para sobreviver. Assim, este equilíbrio pode se fazer em cima de desequilíbrios, pois é a forma que encontra para continuar em movimento. Quanto maior o desequilíbrio, maior é a capacidade de superação.

Nesse período de caos o Assistente Social deve ajudar a família a buscar na instituição uma “resposta” para suas dificuldades e problemáticas, exigindo desses profissionais, uma visão mais ampla do seu objeto de intervenção, considerando as situações apresentadas em sua unidade e, ao mesmo tempo, em sua multiplicidade.

A superação de um estado de caos ocorre da necessidade que os organismos vivos possuem de evoluir. Essa evolução possibilita o alcance de um grau mais elevado de sobrevivência.

Na atualidade, o Estado não se responsabiliza pelo que refere-se a reprodução dos indivíduos e suas famílias. Esta realidade, imposta pela sociedade vigente, gerou uma crise na família contemporânea, pois não há uma garantia em relação a sua sobrevivência e a conseqüente independência de seus membros.

Como estão organizadas as políticas sociais não incluem a idéia da família como totalidade, ao contrário, são implementadas em função dos indivíduos. A setorização das políticas sociais e a inexistência de canais de integração entre elas têm gerado uma inoperância em relação às famílias.

Os profissionais, como os Assistentes Sociais, que trabalham diretamente com a família, têm uma grande responsabilidade no direcionamento das políticas públicas. Ou seja, se o objetivo é ter políticas sociais integradas que atendam as reais necessidades das famílias usuárias, é necessário uma prática profissional competente, não só no sentido de atender a família dentro de suas especificidades, mas no sentido de fazer da prática cotidiana uma prática de natureza investigativa. Esta é que poderá subsidiar a implementação e a avaliação de políticas e programas sociais que atendam aos ideais já propostos na formulação de algumas políticas e que sejam adequados à realidade.

Tendo em conta a fragmentação dentro da qual a família é tratada, é necessário esforço no sentido de integrar e articular as políticas setoriais, para que possam facilitar e melhorar a qualidade de vida da família.

As famílias, especialmente as de camadas populares, sofrem as consequências da política econômica do governo que cada vez mais compromete a qualidade de vida das mesmas. Ao invés de tal política assegurar condições mínimas (renda, segurança, serviços públicos de qualidade) de sustentação destas famílias, ela vem desencadeando situações (como por exemplo, migrações, desemprego) que são fontes geradoras de estresse familiar, colocando em risco a possibilidade de defesa e reprodução da própria vida para esses segmentos.

Ao mesmo tempo, criam-se estratégias e alternativas de sobrevivência, mudando os papéis do homem e da mulher, alterando os valores, surgindo assim, um novo padrão de família, em resposta aos avanços da modernidade.

O mundo da produção reflete-se diretamente à nível cultural, no modo de ser e de viver da sociedade e nas questões sociais. São as mudanças do mundo subjetivo que passam a incorporar a lógica da mercadoria. Como consequência constatamos uma perda de valores e referências em face da valorização do individualismo, da concorrência e do consumismo.

A crise atual leva a um estado de transformação de idéias, permitindo novas vivências e um novo olhar sobre o mundo, mais condizentes com as circunstâncias culturais e históricas.

Essa nova perspectiva não espera a transformação da sociedade pela derrocada do sistema vigente, mas a mudança na percepção e consciência de cada indivíduo e conseqüentemente da coletividade, admitindo que esses indivíduos são os responsáveis pela transformação da sociedade.

A mudança só pode ocorrer quando surge do indivíduo, pois quando vem de fora não é interiorizada, nem assumida por ele e pelo coletivo. Nossa identidade é constituída mais por convicções do que por ações externas a nós.

Do mesmo modo que devemos abandonar filosofias ultrapassadas, ilusões e a antiga ciência para nos confrontarmos com a realidade, também um país deve continuar a desafiar suas tradições para que seja transformado – se ele desejar a renovação. (FERGUNSON, 1980, p. 133)

A nova visão trabalha a importância do cidadão exercer sua cidadania, através da participação em decisões políticas, em sua comunidade e também na família. Através da cidadania é que os indivíduos terão acesso aos seus direitos. Assim, o cidadão aprende a reconhecer a diferença do outro nas relações, aprendendo que o exercício da democracia começa no espaço familiar.

A demanda que se apresenta ao Serviço Social das Varas de Família caracteriza-se por pessoas de baixo poder aquisitivo, com baixo nível de escolaridade, sobretudo mulheres em busca de informações sobre seus direitos e deveres e casais que convivem em união estável, o que se constitui em uma adaptação aos tempos modernos.

Quando uma família recorre à ajuda institucional para a solução de seus problemas já não dispõe de recursos para lidar com as suas dificuldades.

Desta forma, o Sistema Judiciário, uma das instituições de maior poder sobre a sociedade, deve estar sempre repensando sua prática para melhor responder às exigências do mundo contemporâneo e a mediação familiar aparece como metodologia de atendimento à família no setor de Serviço Social das Varas de Família.

No próximo capítulo faremos o reconhecimento da instituição de estágio, a ação profissional dos assistentes sociais e estagiários frente a demanda e o acesso desta à justiça.

Trataremos também da questão de intervir-se com cuidado no que se refere ao trabalho relacionado à esfera familiar.

## **II JUSTIÇA E SERVIÇO SOCIAL DAS VARAS DE FAMÍLIA DO FÓRUM DA CAPITAL**

### **2.1 A INSTITUIÇÃO – FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DA CAPITAL**

O Fórum de Justiça da Capital é uma instituição de caráter público, tendo participação direta do Estado na sua condução. Dedicar-se a prestação de serviços, dele partindo políticas que operam no campo sócio-jurídico.

O Fórum tem como tarefa principal a administração da Justiça na Comarca em que se localiza, zelando pelo cumprimento das leis. Por isso, é uma entidade dotada de personalidade jurídica, de direito privado, com patrimônio e capital da União, ou de entidades de administração indireta, criadas por Lei para o desenvolvimento das atividades sócio-jurídicas.

A estrutura forense é composta por Varas, possuindo cada uma delas demandas específicas que se tornam passíveis de sentenças judiciais outorgadas pelos Juizes de Direito.

### **2.2 SERVIÇO SOCIAL NO JUDICIÁRIO CATARINENSE (HISTÓRICO)**

No ano de 1972 foi implantado o Serviço Social no Poder Judiciário catarinense, com a criação de dois cargos de assistente social na Comarca da Capital.

Na sua criação, o cargo de assistente social judiciário foi criado para assessorar os Juizes nas questões relacionadas aos menores, na então Vara de Menores.

O assessoramento dos profissionais de Serviço Social se aplicava em estudo social das situação apresentada no processo, de forma a apresentar subsídios que contribuíssem para uma melhor decisão judicial.

As habilidades dos assistentes sociais passaram também a ser reconhecidas e utilizadas especialmente no trato de questões de maior complexidade como no Direito de Família, da Infância e da Juventude e na área de Execuções Penais.

Além disso, percebeu-se a capacidade do assistente social em intervir nos conflitos através de mediações, conciliações, orientações e encaminhamentos, e sua capacidade de aproximar a generalidade do direito legal e a particularidade de cada situação apresentada.

### 2.3 SERVIÇO SOCIAL DAS VARAS DE FAMÍLIA DO FÓRUM DA CAPITAL

O setor de Serviço Social no Fórum de Justiça da Capital foi implantado em 1981, estando subordinado aos Juizes das 1ª e 2ª Varas de Família, Órfãos e Sucessões em decorrência da necessidade de serem trabalhadas situações de ordem psicossocial, apresentadas por grande número de pessoas que procuram a Instituição.

No período do Estágio Curricular Obrigatório, o setor de Serviço Social possuía em sua estrutura funcional três assistentes sociais e três estagiárias.

Compete ao setor jurídico o aspecto legal da situação em questão, então, sentiu-se a necessidade do trabalho complementar, integrando o Jurídico ao Social.

O trabalho profissional do Serviço Social nestas Varas é legitimado pela população que a ele recorre quando possui problemas relacionados à família, ou seja, quando esta encontra-se em situação de crise familiar.

Os usuários se caracterizam, em sua maioria, por pessoas carentes de recursos e informações, que são desrespeitados no acesso aos direitos sociais básicos, como saúde, moradia e educação. Muitos encontram-se desempregados ou subempregados e são provenientes do interior da Ilha. Poderíamos caracterizá-los como excluídos.

No exercício de sua função o assistente social necessita abastecer-se de conhecimentos específicos acumulados ao longo da vida acadêmica e de posturas próprias, que permitam-lhe um melhor desempenho.

Nas Varas de Família o profissional precisa dominar o conhecimento inerente à sua prática, utilizando-se de metodologia própria, legislação específica, como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Código Civil e o Código de Processo Civil, além de programas sociais e



recursos existentes na comunidade, para que possam canalizar as demandas para os setores competentes.

A prática do Serviço Social nas Varas de Família se caracteriza por formas de intervenção relacionadas aos conflitos familiares. Este setor desenvolve dois programas: o atendimento ao público de forma individualizada ou familiar e a realização de Estudo Social em processo, este último cumprindo determinação do Juiz de Direito da respectiva Vara.

O instrumental técnico-operativo constitui-se em uma ferramenta imprescindível para a concretização do trabalho dos assistentes sociais das Varas de Família do Fórum de Justiça da Comarca da Capital.

Neste campo de atuação utiliza-se basicamente entrevista, visita domiciliar, contato telefônico, estudo social e parecer.

### **2.3.1 ATENDIMENTO AO PÚBLICO**

O assistente social é um dos profissionais que tem no relacionamento interpessoal o seu maior instrumento de intervenção, merecendo destaque o setor de Serviço Social das Varas de Família, onde a maneira como o profissional aborda o usuário contribuirá ou não no exercício de sua cidadania.

O setor de Serviço Social procura através de sua prática despertar no usuário condições para que ele realize-se como pessoa e como cidadão.

No atendimento ao público em geral, através da abordagem individual, utilizando como instrumento técnico-operativo a entrevista, o profissional através de ações sócio-educativas, recebe pessoas que procuram o setor em busca de informações, orientações na instância jurídica e social, esclarecimentos em relação aos seus direitos e deveres, sem saber o que fazer ou que alternativa tomar, além de fazer encaminhamentos, quando necessário, para os recursos internos e externos, como por exemplo, aos advogados da Assistência Judiciária Gratuita e a outros órgãos institucionais, como a Prefeitura Municipal de Florianópolis, Juizado da Infância e da Juventude, Conselho Tutelar, etc.

Salientamos que o acesso a Justiça Gratuita existe desde 1950 e constitui-se em um direito fundamental estabelecido no inciso LXXIV do art. 5º da Constituição da

República Federativa do Brasil promulgada em 1988, cabendo ao Estado repassar os honorários aos advogados.

Referente ao encaminhamento para advogado as ações mais solicitadas pelos usuários são: Guarda e Responsabilidade, Separação Judicial, Dissolução de Sociedade de Fato, Alimentos, Regulamentação de Visitas, entre outras.

É através da entrevista que o assistente social estabelece uma relação de empatia com o usuário, permitindo, após o processo de investigação do problema, a sua intervenção. A partir da exposição do problema, o assistente social estuda a questão juntamente com o usuário, fazendo com que este reflita e decida o que fazer.

Nestes atendimentos é notório o grau de expectativa e ansiedade das pessoas, que muitas vezes sentem-se “perdidas” em relação a problemática que apresentam.

A sala onde acontece o contato deve assegurar ao assistente social e ao usuário condições para que o primeiro exerça seu trabalho com qualidade e o segundo possa ser atendido em um ambiente que lhe garanta privacidade e segurança.

É de fundamental importância que o profissional de Serviço Social faça com que o usuário sinta-se a vontade, confiante para expor os motivos que o fizeram procurar o setor, pois somente depois de ouvi-lo é que poderá informar, auxiliar e intervir no que for necessário.

### **2.3.2 ESTUDO SOCIAL EM PROCESSO**

O Estudo Social e do conseqüente Parecer em processo é realizado em cumprimento à determinação judicial, com caráter de investigação e assessoramento em questões que exigem o parecer deste profissional, ou seja, em questões onde existe o litígio.

Ele pressupõe a capacidade de observação e perspicácia do assistente social para captar as reações das partes envolvidas. Além disso, implica sensibilidade, racionalidade, linguagem clara, capacidade de síntese, imparcialidade, coerência e estar voltado ao assunto em questão.

As percepções deste profissional fornecem informações que servem de subsídios para uma decisão judicial mais justa possível. Em outras palavras, através do Estudo Social o assistente social aponta possibilidades de resolução do conflito, oferecendo melhor suporte às decisões judiciais.



O serviço profissional dos assistentes sociais no Estudo Social, constitui-se em uma grande colaboração para as decisões judiciais, sendo muito valorizado pelos Juízes, aumentando assim, seu compromisso técnico-profssional.

Para a realização do Estudo Social o profissional de Serviço Social desenvolve ações periciais, utilizando como instrumentos a entrevista individual e conjunta, a visita domiciliar e contatos telefônicos.

Através do contato com as partes envolvidas em seu ambiente familiar, o assistente social consegue aproximar-se do cotidiano destas pessoas, observando as relações familiares, a rede social e os recursos institucionais mais próximos.

Na visita domiciliar o assistente social deve ser o menos formal possível e usar uma linguagem acessível, facilitando o levantamento de informações importantes e muitas vezes determinantes.

São nas visitas que tem-se a possibilidade de contactar com as partes envolvidas dentro da realidade na qual estão inseridas e obter informações preciosas que levam a situação real.

Colocamos inicialmente, que o Estudo Social faz-se necessário em ações que envolvem litígio, como a Separação Judicial e a Dissolução de Sociedade de Fato, estas envolvem questões relacionadas a guarda de filhos, pensão alimentícia, divisão de bens e regulamentação de visitas.

Enfatizamos que a questão da guarda, regulamentação de visitas e alimentos também são feitas em processos a parte e não necessariamente em uma ação de separação ou dissolução.

A Lei n.º 6. 515, de 26 de dezembro de 1977, a Lei do Divórcio, retirada do Código Civil Brasileiro, regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos.

Faremos algumas considerações sobre as questões que envolvem a separação a seguir:

#### • **Guarda dos filhos**

Em termos culturais a guarda dos filhos ainda é predominantemente da mãe. Ela não fica com os filhos se forem comprovados graves distúrbios mentais, quando

voluntariamente abre mão, quando os filhos passam a ter direito de escolha ou comprovadamente coloca em risco a vida dos filhos.

Como ainda não é costume o pai ficar com a guarda dos filhos pequenos com a mesma frequência da mãe, esta situação tende a causar estranheza e a ser vivida como traumática por algumas crianças. Isto provavelmente diminuirá de intensidade quando culturalmente ficar sob os cuidados do pai for uma alternativa tão válida quanto ficar com a mãe. (MALDONADO, 1987, p.174)

A dificuldade de obter a guarda dos filhos pequenos faz com que muitos homens dediquem parte de seu tempo procurando informações, provas contra a mãe de seus filhos, para que os favoreçam quando a briga for parar nas Varas de Família.

Segundo o artigo 384 do Código Civil compete aos pais quanto a pessoa dos filhos menores:

I – dirigir-lhes a criação e educação.

II – tê-los em sua companhia e guarda.

Podemos dizer que o mesmo acontece quando a mãe não quer abrir mão da guarda das crianças. Ambos ficam tentando juntar provas, atingir o ponto fraco do outro, na luta pela guarda.

A escolha dos adolescentes em morar com os pai vem se tornando uma opção freqüente.

Para algumas mulheres isto representa a oportunidade de dedicarem mais tempo em outras atividades, já que não ficam tão ocupadas com as tarefas, predominantemente maternas.

Surgem outras metas importantes além da maternidade, despertando nestas mulheres a necessidade de reorganizar sua vida pessoal, revelando que não encontram-se em condições no momento de ficar com os filhos.

A mãe que abre mão da guarda do filhos sofre uma pressão familiar e social muito grande. Ela passa a ser acusada de desinteressada, egoísta, principalmente pelo pai das crianças.

Segundo Maldonado (1987, p.176) “a relação mãe-filho é supervalorizada culturalmente, enquanto a importância da relação pai filho é negligenciada. Por isso é

tão chocante para a maioria das pessoas ver a mãe afastando-se do convívio diário com as crianças.”

Outras mulheres, por sua vez, sentem-se magoadas, inseguras pela opção dos filhos em morar com o pai. Achem que a perda da convivência diária fará com que os filhos deixem de gostar dela.

O mesmo sentimento também pode passar pela cabeça dos homens, passando a acreditar que os filhos vão esquecê-los.

Os pais que não detêm a guarda dos filhos se expõem a uma separação que não tinham conhecimento.

As crianças passam a ter contato com outras pessoas, formar novos vínculos, inclusive com os novos companheiros do pai ou da mãe.

Esta situação leva-os a entender que um vínculo amoroso, seja homem/mulher, pais/filhos, se constrói com carinho e atenção e não tem sobrevivência garantida automaticamente.

Os pais precisam saber que presença física não é sinônimo de presença integral. Há crianças que convivem com o pai e com a mãe na mesma casa e são afetivamente abandonadas, carentes. Outras, que os pais encontram-se separados, são bem mais assistidas, se sentem protegidas e amadas.

Mas a ausência do contato diário também pode se tornar uma aliada na busca da amenização dos conflitos com os filhos, tornado-a mais agradável, ou seja, perde-se em quantidade mas pode-se ganhar em qualidade.

É necessário que os pais e os filhos entendam que em virtude da separação do casal, um novo tipo de convívio precisa ser estabelecido, e que poderá ser mais afetivo, ou seja, até melhor do que quando todos conviviam sob o mesmo teto.

Durante a elaboração do Estudo Social o assistente social procura passar para as partes envolvidas que com a separação a relação marido/mulher não existe mais, mas pai e mãe eles serão para sempre. Apesar das mágoas, dos ressentimentos decorrentes do fim da união, eles terão um vínculo para a vida toda. E, mesmo sendo complicado, eles terão que primar pelos melhores interesses dos filhos.

Salientamos que a guarda não é definida pela condição financeira, ou pelo que culturalmente e socialmente está imposto. Embora estas questões estejam ainda muito presentes.

A definição da guarda implica em inúmeros quesitos, principalmente, qual dos pais pode zelar e cuidar das crianças, as condições psicológicas e emocionais independente de quem deu causas à separação. O que está em questão são os papéis de pai e mãe e não de marido e mulher.

#### • Alimentos

Constitui-se em um direito dos filhos e do cônjuge que não pode prover o seu sustento.

Como já falamos várias vezes ao longo deste trabalho, o fim de uma união pode fazer vir à tona sentimentos de revolta, raiva, mágoa, dentre outros.

Esta situação faz com que muitas mulheres adotem uma conduta de vingança, de exploração do ex-marido através do pagamento da pensão dos filhos. Para não sobrar dinheiro para seus gastos pessoais, para a nova família. Isto acontece geralmente quando a iniciativa da separação parte do homem.

Em relação aos homens, o fato de pagar pensão e continuar contribuindo para o sustento da casa pode fazê-lo achar que ainda tem o “direito” de continuar sendo o “dono” da casa, onde residem os filhos.

É difícil para muitos homens continuar a prover o sustento da ex-mulher e dos filhos, sem exercer o controle sobre os gastos como fazia anteriormente.

Quando é o marido que é deixado, numa tentativa de punir a ex-mulher, ele vai atrasando o pagamento ou tentando diminuir o seu valor. Não percebe que os filhos são os mais prejudicados.

Segundo o artigo 22 da Lei n.º 8.069 do ECA “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.”

A Lei n.º 5.478, 25 de julho de 1968, do artigo 1º ao artigo 39, dispõe sobre a ação de Alimentos e dá outras providências.

Em sua intervenção profissional os assistentes sociais esclarecem que a pensão deve obedecer a relação necessidade – possibilidade, ou seja, a pensão deve estar de acordo com as necessidades do filho e possibilidades do pai. Considera-se a idade dos filhos que receberão a pensão, a escolaridade, o padrão de vida até o advento da separação. Além de se respeitar as particularidades de cada situação.

## • Divisão de bens

Envolve, na maioria das vezes, muita mesquinha em repartir bens e objetos, inclusive os de menor valor. O que importa é que ninguém quer sair perdendo.

Deixar todas as coisas para o outro também expressa uma maneira de livrar-se de um incômodo. Mas, normalmente, é difícil ter uma real consideração pelo outro na hora da partilha dos bens.

Geralmente quem sai, vai tirando o que é seu gradativamente, mantendo assim o contato e muitas vezes o controle. Ou pode ser pena do ex-companheiro, vindo da culpa de tê-lo deixado.

Quem ficou na casa, começa a tomar posse de tudo e, quando o outro decide reaver seus pertences, é surpreendido por reações de hostilidade, fazendo explodir a raiva de ambos.

A pena que por tanto tempo tinha colocado a raiva entre parênteses explode em ódio. Começa a guerra para reaver pertences e reaver pensões. É comum ver casais que se separam de maneira tranqüila e "civilizada" tempos depois se digladiarem pelo telefone ou no escritório do advogado (MALDONADO, 1987, p. 114)

Alguns demoram a refazer a casa, seja por falta de dinheiro ou pela falta de vontade de fazer coisas que possam refletir na vivência da perda.

Esta demora também pode se justificar pelo fato da pessoa sentir necessidade de recobrar parte de uma vivência sufocada. Pode ficar um tempo sem se sentir bem, sem se sentir o dono da casa.

Já outras pessoas, procuram refazer a casa o mais rápido possível, num desejo de fugir da falta deixada pelo companheiro e pelos objetos que levou.

O vazio da casa pode se refletir no vazio interior, o rompimento da vida compartilhada, a separação dos pertences.

O casamento por ser uma ocasião de alegria, de sonhos, faz com que a maioria das pessoas não pense na questão do contrato de bens. Mas o aspecto comercial do casamento revela-se claramente no momento da separação.

A mulher pode querer tirar do homem o máximo que for possível e o homem, por sua vez, enganar seus ganhos para dar menos o que puder.

O ex-marido costuma usar o poder econômico para atormentar a vida da mulher ou para ganhar tempo, atrasando o processo de separação. Já a maioria das mulheres costumam usar a guarda dos filhos para atingir o ex-marido.

Esta dificuldade em separar-se revela a necessidade de se manter o vínculo mesmo que seja somente para brigar.

As regras que comandam a partilha dependem do regime de bens adotado em virtude da união.

De acordo com o Código Civil Brasileiro existem três regimes de bens no casamento:

- Comunhão universal de bens (arts. 262 a 268);
- Comunhão parcial de bens (arts. 269 a 275);
- Separação de bens ( arts 276 a 277).

O artigo 230 do Código Civil coloca que o regime de bens entre os cônjuges começa a vigorar desde a data do casamento, e é irrevogável.

Na dissolução de sociedade de fato, a divisão de bens caracteriza-se pela comunhão parcial de bens, ou seja, o que foi adquirido durante o tempo de convivência será dividido em 50% para cada um dos cônjuges.

#### • **Regulamentação de visitas**

É através da questão das visitas que os pais procuram demarcar o seu território, sem se preocupar com o que os filhos realmente sentem ou querem.

Percebemos que muitas vezes os filhos se tornam alvo de disputas e ataques mútuos, ao invés de serem respeitados como pessoas com suas próprias preferências e necessidades.

As visitas rigorosamente marcadas atendem podem caracterizar-se mais pela necessidade de delimitação de terreno na convivência dos pais do que propriamente as reais necessidades dos filhos. Esta situação acaba tornando as visitas entre pais e filhos mais uma obrigação do que uma vontade, um desejo de ambas as partes.

Em alguns contratos de separação, figura a cláusula do livre acesso às visitas, principalmente no caso dos filhos maiores que decidem, por conta própria, quando querem ver o pai ou a mãe. O problema é que, com crianças pequenas, que ainda dependem de serem buscadas, a cláusula do livre acesso é freqüentemente utilizada não exatamente em benefício do maior contato com os filhos mas como instrumento de controle e vigilância do ex-cônjuge. (MALDONADO, 1987, p. 171)

Pode ocorrer também o afastamento progressivo do cônjuge que tem o direito de visitas, sobrecarregando quem mora com os filhos, numa tentativa de vingança ao ex-cônjuge, querendo atingi-lo através dos filhos.

Outras vezes, o pai que saiu de casa passa a morar muito longe geograficamente da antiga casa, resumindo o contato com os filhos a uma parte das férias escolares.

A ausência do pai ou da mãe pode fazer com que os filhos transfiram seus afetos para pessoas mais próximas como o avô, tio, nova mulher do pai, tornando-se figuras importantes para eles.

O problema é que a falta gera, nas pessoas que cercam a criança, a pena e a tendência à "indenização" através da superproteção e permissividade para tentar compensar a carência. Passa a haver pouco "pulso firme", a criança sente-se solta demais e começa a "criar caso" por tudo. (MALDONADO, 1987, p. 173)

Não podemos deixar de colocar que também existem pais que, mesmo separados, continuam nutrindo o carinho, o amor, o cuidado mútuo, mesmo que não mantenha com os filhos um contato diário.

Em sua intervenção o assistente social procura repassar para as partes envolvidas que do cônjuge é sempre possível se separar quando a convivência se torna insustentável, mas entre pais e filhos a situação é diferente, não existe "ex-pai" e nem "ex-mãe". A desvinculação entre pais e filhos, diríamos ser algo quase impossível.

O direito de visitas se caracteriza por ser uma das questões mais delicadas decorrentes da separação.

Esse direito é assegurado pelo art. 15 da Lei n. 6.515 de 1977: "Os pais, em cuja guarda não estejam os filhos, poderão visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo fixar o juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação."



Já o artigo 381 do Código Civil coloca que “o desquite não altera as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, em ter em sua companhia os segundos.”

Aqui fica implícita a fiscalização daquele que não detém a guarda em relação ao exercício do pátrio-poder do guardião.

Salientamos que as visitas aos filhos constitui-se em um direito e não um dever no âmbito jurídico. Não podendo-se obrigar pai ou a mãe a visitar seus filhos.

## 2.4 A MEDIAÇÃO FAMILIAR E O SERVIÇO SOCIAL

A prática de mediação acontecia, no período de Estágio Curricular Obrigatório, nos dois programas do setor: no atendimento ao público e nos processos judiciais em andamento que vem para o Estudo Social.

A mediação como metodologia de intervenção do Serviço Social surgiu em decorrência do crescente número de pessoas que procuravam o setor, apresentando questões que precisavam ser resolvidas com uma maior rapidez e de uma maneira mais barata, porém não se esquecendo do aspecto legal que envolve estas questões.

A mediação tem como objetivo prevenir ou acabar com um processo litigioso através da realização de um acordo. É realizada em questões que envolvem conflitos conjugais, principalmente em separações, guarda de filhos, regulamentação de visitas, etc.

Os assistentes sociais das Varas de Família do Fórum de Justiça da Capital utilizavam algumas técnicas de mediação familiar, mas não adotavam um procedimento estruturado, sistematizado e estudado.

Em 20 de setembro de 2001, entrou em vigor a Resolução N. 11/2001 do Tribunal de Justiça que dispõe sobre a instituição do Serviço de Mediação Familiar e dá outras providências. Onde foi criado o setor de Mediação Familiar da Capital, com uma estrutura própria, passando os assistentes sociais a trabalhar em conjunto com profissionais da área do Direito, Psicologia, dentre outras.

Enfatizamos que a mediação familiar ainda constitui-se em uma temática pouco difundida tanto no curso de Serviço Social, quanto no contexto brasileiro.

O modelo de mediação familiar que abordaremos caracteriza-se por ser uma construção própria do setor de Serviço Social das Varas de Família do Fórum de



Justiça da Comarca da Capital, anterior à Resolução 11/2001, com os pressupostos teórico-metodológicos da própria profissão.

Desta maneira, ressaltamos que os princípios básicos do Serviço Social, de colocar o poder de decisão nas mãos dos usuários, vão ao encontro dos valores da mediação. Além disso, o assistente social tem a capacidade de enxergar as problemáticas relacionadas aos conflitos familiares, não somente a partir de uma visão focalizada dos sujeitos envolvidos, mas relacionado-os com o contexto social no qual estão inseridos e do qual recebem constantes influências.

No atendimento das demandas sócio-jurídicas, o processo de mediação tem seu iniciava-se quando uma das partes procuravam o setor de Serviço Social, buscando uma resolução imediata e sem gastos às questões ligadas à esfera familiar.

Segundo CARMO (1999) o processo de mediação neste setor se caracterizava-se pelos seguintes elementos:

- acolhida;
- atendimento;
- respondendo ao problema;
- negociando o conflito;
- acordo.

Neste primeiro contato o assistente social procurava compreender o que levou o usuário ao setor, a sua problemática. Inicia-se o processo de investigação, fornecendo-nos as primeiras informações.

Após ouvi-lo e concluir que seu problema está relacionado a sua área de atuação, expõe a metodologia utilizada no setor, ou seja, as duas alternativas possíveis: encaminhamento para advogado para resolver a situação judicialmente ou dar continuidade ao processo de mediação.

Todos os atendimentos eram registrados em um livro próprio para este fim, contendo o número do atendimento, o nome do usuário, data, problemática apresentada, encaminhamento e procedência. No caso de tentativa de acordo são anotados alguns dados a mais, como nome do cônjuge, idade e número de filhos, para facilitar o próximo encontro.

Se o usuário optasse pela segunda alternativa, era feito o agendamento de um novo encontro, conforme a disponibilidade do profissional e das pessoas envolvidas, agora com a presença da outra parte, que será convidada a comparecer ao setor através de uma “cartinha” entregue pela pessoa que nos procurou inicialmente.

Já no encontro com as duas partes presentes, explicava-se o objetivo do encontro, justificando o convite de comparecimento da segunda parte. Colocando-se que elas devem estar abertas ao diálogo, dispostas a fazer propostas, contrapropostas, pois somente assim terão a possibilidade de chegar a uma opinião em comum. Em seguida abre-se um espaço para que ambas as partes possam argumentar sobre o problema, o que está incomodando-as, isto revela na maioria das vezes uma grande divergência de posições, opiniões, que chegam a desviar o assunto, fazendo o profissional tocar sempre no propósito do encontro, evitando que percam seu objetivo.

Atualmente a Mediação realizada após a resolução 11/2001, está baseada no modelo Canadense. É um modelo estruturado, onde não utilizam-se apenas de alguns pontos da mediação, como ocorria anteriormente. No modelo atual as pessoas procuram o setor de Mediação, as pessoas só passam a conhecer o mediador no contato em que ambas comparecem juntas ao setor.

As sessões de mediação são realizadas com o casal e mediadores (Assistentes Sociais, Psicólogos, Estagiários de Serviço Social e Psicologia e Advogados). Após as sessões delimitadas pelas partes, se for consenso, efetuam o Termo de Acordo, podendo ser homologado judicialmente. Importante ressaltar que as diferenças do modelo anterior para o modelo atual, são de extrema significância. O modelo atual utiliza uma nova linguagem, uma leitura da realidade inserido-os como co-participantes e sujeitos nas decisões.

É notório a dificuldade das pessoas em lidar com questões que envolvem problemas familiares, muitas coisas subjetivas e afetivas aparecem, coisas mal resolvidas de um passado ainda muito presente, difícil de ser desconsiderado.

O profissional deve conduzir a mediação tomando cuidado para não expressar seus valores, não fazer julgamento, além de não tomar partido de nenhuma das partes, pois seu papel é ser neutro, imparcial.

Algumas vezes, torna-se inviável a continuidade da mediação, sendo necessário o encaminhamento inicialmente de uma das partes para advogado, como último recurso

para resolver a questão, pois não se obriga nenhuma atitude em que as partes não estejam de acordo.

Como sabemos, os processos litigiosos não servem para resolver o conflito em si, mas sim o litígio, de acordo com as normas estabelecidas em lei.

Percebemos neste momento a importância do mediador, na condução do encontro, respeitando a parte subjetiva, mas fazendo-os refletir sobre a parte prática do encontro, principalmente se existem os interesses de filhos envolvidos.

Os assistentes sociais também podem propor a mediação dentro do Estudo Social, ou seja, quando recebe um processo onde há litígio de família. Através do contato individual percebe a possibilidade de acordo, sugerindo um contato conjunto com as partes envolvidas, com o intuito de estimular uma comunicação que favoreça o acordo.

O acordo realizado no período de Estudo Social é geralmente acatado pelo Juiz que homologa-o, desde que nenhuma parte tenha saído prejudicada e que esteja de acordo com as leis vigentes. São feitas quatro cópias do acordo digitado, uma vai em anexo no processo, uma é arquivada no setor e cada parte leva a sua cópia. Os acordos realizados no setor de Serviço Social eram feitos em três cópias. No setor de Mediação são feitas quatro cópias.

O último elemento do processo de mediação do setor de Serviço Social do Fórum de Justiça da Capital é o acordo. Ele constitui-se na expressão do resultado final da mediação, acreditando-se assim, que as partes envolvidas conseguiram alcançar um entendimento em relação às questões apresentadas.

Salientamos que o acordo era informal, ou seja, as partes deviam estar dispostas a cumpri-lo, dependia da palavra delas. Mesmo explicando-se o que caracterizava a homologação, poucas pessoas optavam em fazê-la.

Atualmente a maioria dos acordos realizados no setor de Mediação Familiar são homologados pelos Juízes de Direito das Varas de Família.

A crescente demanda e o número reduzido de assistentes sociais, acabam não permitindo um trabalho mais longo de mediação, ou seja, com mais encontros. Os atendimentos eram realizados em duas sessões podendo, dependendo do grau da problemática e do tempo que as partes envolvidas levam para elaborá-la, chegar a quatro sessões.

O setor de Mediação Familiar, por sua vez, realiza, no mínimo, três sessões com as partes envolvidas.

O assistente social deixa bem claro as partes que tudo o que quiserem mudar conforme o entendimento mútuo, ou que não estiverem satisfeitas podem retornar ao setor para resolver.

O acordo também podia servir como prova, se posteriormente uma das partes envolvidas resolvesse entrar com uma ação judicial nas Varas de Família.

Mesmo explicando o que caracteriza a homologação do acordo, poucas pessoas optam por fazê-la.

No período de Estágio Curricular Obrigatório, segundo dados levantados no Relatório de Intervenção do Estagiário e Auto-Avaliação, realizamos o total de 10 acordos no setor de Serviço Social.

## 2.5 O CUIDADO

*Como viemos discutindo ao longo deste capítulo, a intervenção dos assistentes sociais das Varas de Família do Fórum de Justiça da Comarca da Capital se dá em cima de problemas de ordem familiar, isto nos traz uma reflexão sobre o respeito e o cuidado que estes profissionais devem ter em relação as suas ações e posturas.*

Considerando que a família constitui-se em um espaço de cuidado e proteção de seus membros, ela também necessita de cuidados, trataremos esta questão a seguir.

### 2.5.1 A CATEGORIA CUIDADO

Na essência de todos os seres humanos encontramos o cuidado. Ele constitui-se em uma característica singular dos seres humanos.

Encontramos no cuidado todos os princípios necessários à sociabilidade humana. Estes princípios caracterizam-se pelo conjunto de valores e inspirações que originam todos os atos e atitudes de homens e mulheres.

O descaso opõe-se ao cuidado. Cuidar é uma atitude, portanto, é mais que um momento de atenção, de zelo. É uma atitude de ocupação, preocupação e de responsabilização.

Podemos dizer ainda, que cuidado é algo mais que uma atitude, pois ele encontra-se na raiz do ser humano, sempre presente e irreduzível.

Para aprofundarmos a natureza do cuidado precisamos, inicialmente, fazer a sua fenomenologia.

Partindo da idéia de que a fenomenologia segundo Boff (1999) caracteriza a maneira pela qual toda e qualquer realidade se torna um fenômeno para nossa consciência, se mostra em nossa experiência e molda nossa prática. Não podemos, assim, falar e pensar no cuidado como objeto independente de nós. Mas devemos pensar e falar a partir do cuidado como é vivido e se estrutura em cada um de nós, pois somos cuidado.

Sem o cuidado deixa-se de ser humano. Se o homem realizar suas coisas sem cuidado, acabará prejudicando tudo o que estiver ao seu redor e a si próprio.

Se não receber cuidado desde o nascimento até a morte, o ser humano desestrutura-se, define-se, perde sentido e morre. Se, ao longo da vida, não fizer com cuidado tudo o que empreender, acabará por prejudicar a si mesmo e por destruir o que estiver à sua volta. Por isso o cuidado deve ser entendido na linha da essência humana. (BOFF, 1999, p. 34)

A falta de cuidado mostra a perda da ligação com o todo, ou seja, a ausência da percepção da unidade de todas as coisas.

A atitude de cuidado pode provocar preocupação, inquietação e sentido de responsabilidade.

Em sua natureza, inclui duas significações que estão intimamente ligadas entre si.

A primeira significação se caracteriza pelo zelo, solicitude e atenção para com o outro.

A segunda constitui-se na preocupação, na inquietação pois a pessoa que tem cuidado sente-se envolvida e ligada ao outro.

Estas duas significações ilustram a idéia de que o cuidado é mais do que um ato singular ou mais uma virtude. Caracteriza-se por um modo de ser, pois é a forma como a pessoa humana se estrutura e se realiza no mundo com todas as pessoas e coisas do mundo.

O cuidado somente surge quando a existência de alguém tem importância para mim. Passo então a dedicar-me a ele; disponho-me a participar de seu destino, de suas buscas, de seus sofrimentos e de seus sucessos, enfim, de sua vida. (BOFF, 1999, p. 91)

Assim, os seres humanos vão construindo seu próprio ser, sua autoconsciência e sua própria identidade.

Fundamentalmente há dois modos básicos de ser no mundo, o trabalho e o cuidado, que fazem emergir o processo de construção da realidade humana.

O trabalho configura o modo do homem situar-se sobre as coisas para dominá-las, atendendo as necessidades, aos interesses individuais e coletivos.

Pelo cuidado não vemos a natureza e tudo que existe nela como objetos. A relação é de convivência, interação e não de dominação.

Ele permite ao ser humano viver a experiência fundamental do valor, daquilo que tem realmente importância.

O grande desafio para o ser humano é combinar trabalho com cuidado, pois eles não se opõem, pelo contrário, se compõem. Ambos devem ser vistos como modos de ser únicos de um mesmo ser humano.

O mundo dos seres humanos é construído a partir de seus laços afetivos. Eles que tornam as pessoas e situações portadoras de valor. Eles sentem-se responsáveis pelo laço que nasceu entre eles e os outros. A categoria cuidado revela como os seres humanos funcionam.

É o sentimento que envolve e une as pessoas, as situações e as coisas, pois torna os seres humanos sensíveis, emotivos. Este sentimento caracteriza o cuidado, ele derruba o poder da ditadura fria da racionalidade, que reduz tudo a objetos, desconectados da subjetividade humana.

Sem o cuidado essencial, o encaixe do amor não ocorre, não se conserva, não se expende nem permite a consorciação entre os seres. Sem o cuidado não há atmosfera que o propicie o florescimento daquilo que verdadeiramente humaniza: o sentimento profundo, a vontade de partilha e a busca do amor. (BOFF, 1999, p. 112)

Ao se sentir envolvido com aquilo que deseja conhecer, ou seja, ao nutrir afeto, o ser humano passa a conhecer melhor o que realmente deseja.

Construímos o mundo a partir de laços afetivos. Esses laços tornam as pessoas e as situações preciosas, portadoras de valor. Preocupamo-nos com elas. Tomamos tempo para dedicar-nos a ela. Sentimos responsabilidade pelo laço que cresceu entre nós e os outros. A categoria cuidado recolhe todo esse



modo de ser. Mostra enquanto funcionamos enquanto seres humanos. (BOFF, 1999, p. 99)

Enquanto seres humanos as pessoas utilizam a fala como instrumento de comunicação, através dela, constróem suas relações.

O rosto e o olhar da outra pessoa estão sempre provocando, fazendo propostas, surgindo a obrigação de resposta. Na acolhida ou na rejeição para com a outra pessoa que se estabelecem as relações dos seres humanos e se decidem as tendências de dominação ou de cooperação.

Ao cuidar do outro, ao dialogar, o ser humano objetiva estabelecer uma relação libertadora, construtora.

Este outro se dá sob a forma de homem ou mulher, seres singulares, mas suas diferenças não são algo fechado e sim aberto, pois encontram-se em permanente interação.

O crescimento social objetiva uma melhor qualidade de vida para os seres humanos. Ou seja, aumento da perspectiva de vida, educação, moradia, participação política, proteção contra a violência, condições que favoreçam a expressão coletiva e social.

Isto somente será alcançado se houver um cuidado na construção coletiva do social, se houver respeito pelas diferenças, cordialidade nas relações sociais, além de se criar estratégias de compensação e de integração com os que apresentam algum sofrimento ou se sentem excluídos.

As estratégias paternalistas e assistencialistas revelam que nunca conseguiram resolver o problema destas pessoas, muito pelo contrário acabam por colocá-las na condição de dependentes, humilhando-as e negando sua força de transformação da sociedade.

As políticas públicas destinadas às pessoas não atendem suas reais necessidades, há poucos investimentos em saúde, educação, moradia, condenando muitas famílias a viverem em condições precárias. Além de serem fragmentadas, como já colocamos, não tratam a família numa perspectiva de totalidade.

A sociabilidade entre os seres humanos encontra-se rompida em decorrência dos interesses individuais, das lutas e da dominação de um sobre os outros, perdendo-se a visão do ser humano como um ser de espiritualidade e de cuidados.



Sabemos que as mudanças só acontecem a partir do momento que as pessoas se conscientizam de sua força, e a partir de sua organização começam a mudar a situação de injustiças, de problemáticas apresentadas.

Podemos dizer que a humanidade encontra-se em situação de crise, pois como já colocamos, o cuidado faz parte dos seres humanos e o que constatamos é um descuido generalizado, um descaso com tudo o que existe e vive.

A seguir levaremos a categoria cuidado ao trabalho com famílias, mas precisamente no trabalho desenvolvido com as famílias em situação de crise que procuram o setor de Serviço Social das Varas de Família do Fórum de Justiça da Comarca da Capital.

Para tanto, partiremos da idéia de que as famílias não são apenas espaços de cuidados e proteção de seus membros, mas principalmente se constituem em espaços a serem cuidados. (MIOTO, 1999)

### **2.5.2 O CUIDADO COM AS FAMÍLIAS**

Como já falamos ao longo deste trabalho, as profundas transformações que a sociedade contemporânea vem sofrendo acarretaram mudanças radicais na organização das famílias. Dentre estas transformações econômicas, sociais e culturais, observa-se o processo de empobrecimento acelerado, as migrações e a crescente ineficiência do setor público na prestação de serviços. Houve também a diminuição do grupo familiar, aumento de arranjos familiares e a coexistência de diferentes modelos culturais, com suas normas, valores e papéis.

Todas estas transformações contribuem para a fragilização dos vínculos familiares e a sua conseqüente vulnerabilidade, facilmente notada na gestão da própria vida cotidiana e em acontecimentos relacionados a morte, doença, desemprego, separação conjugal, entre outros.

As famílias mais vulneráveis sentem-se obrigadas a desenvolver estratégias complexas de relações para poder sobreviver.

Sabemos que as discussões relacionadas a família sempre estiveram centradas na idéia de família enquanto instância geradora de cuidado. Estas discussões partem da premissa de que existem dois canais para atender as necessidades dos indivíduos: o trabalho e a família. O Estado e as diversas instituições intervêm somente quando

estes canais falham. Contudo, esta intervenção se caracteriza por ser na maioria das vezes, temporária e emergencial.

Percebemos que as ações públicas concentram-se nas famílias que faliram no provimento de suas condições de sobrevivência, de suporte afetivo, e de socialização de seus membros. Esta situação é entendida como o resultado da incapacidade das próprias famílias. Assim, todas as ações à elas destinadas objetivam que as mesmas voltem a cumprir o seu papel sem comprometer a estabilidade como um todo.

Os problemas que as famílias vêm apresentando no decorrer da história estão diretamente relacionados com a grande dificuldade de articularem respostas compatíveis com os desafios que lhes são impostos. Portanto, o trabalho junto às famílias deve partir do princípio de que elas se constituem em um espaço que necessita de cuidados.

Para tanto, as ações de cuidados direcionados às famílias não podem ser concebidas de forma setorizada ou pontual, pois como já afirmamos várias vezes, a família deve ser entendida e trabalhada como um todo.

No trabalho com as famílias não se considera, por exemplo, o desemprego, a doença, enquanto categorias abstratas, mas trabalha-se diretamente com o desempregado, com o doente e com todas suas implicações sociais, psíquicas, culturais, entre outras.

Os cuidados dirigidos às famílias também não incluem somente a idéia de seus membros enquanto indivíduos, pois a situação de vulnerabilidade apresentada por estes sujeitos está diretamente ligada a vulnerabilidade de sua família.

Segundo Miotto (1999) os cuidados direcionados à família podem ser propostos a partir de duas vertentes.

A primeira parte do princípio de que o cuidado deve estar voltado a sustentabilidade das famílias para que as mesmas possam constituir-se em um espaço de referência social, cuidado e proteção de seus membros.

A segunda constitui-se em um espaço de desenvolvimento de processo de atenção às famílias que apresentam situações de vulnerabilidade, podendo desencadear situações que comprometam a qualidade de suas relações ou aquelas que já expressam sinais de sofrimento.

Nesta área, com base no trabalho de Miotto (1999) o trabalho dos profissionais de Serviço Social encontra-se integrado nos seguintes níveis.

- proposição, articulação e avaliação das políticas sociais

Objetiva dar sustentabilidade às famílias possibilitando assim, uma convivência mais condizente com relação as expectativas que a sociedade tem em relação a elas.

Além disso, prevê a articulação de políticas setoriais para evitar o tratamento fragmentado que têm sido dado às famílias, pois como sabemos os cuidados direcionados a elas implicam em totalidade.

- organização e articulação de serviços

A concepção de família como um espaço de cuidado e ao mesmo tempo a visão de que as instituições têm a capacidade de se responsabilizar por estes cuidados, criaram uma idéia de organização dos serviços visando mais os objetivos institucionais do que o objetivo principal que é de ficar a serviço das famílias.

Esta situação revela que a relação com os serviços pode se caracterizar mais por uma fonte de estresse familiar, do que um suporte para a gestão da vida cotidiana destas famílias.

- intervenção em situações familiares

Caracteriza-se pela ação profissional dos assistentes sociais diretamente com as famílias.

Através da identificação das fontes desencadeadoras de problemas familiares e das possibilidades de mudanças, o assistente social tem como objetivo contribuir para que as famílias consigam obter uma resposta em relação as problemáticas apresentadas.

Segundo Miotto (1999) a complexidade das situações apresentadas sugere duas linhas de desenvolvimento das ações de cuidados.

A intervenção em situações sintomáticas, engloba ações às famílias que apresentam situações que já expressam sofrimento, pois não conseguem encontrar respostas aos desafios que são postos às mesmas.

Estes sinais podem se manifestar através de seus membros individuais, como alcoolismo, depressão, dependência química, através das relações destrutivas estabelecidas no âmbito familiar, como a violência ou também através da relação dos indivíduos com a sociedade.

Nestas situações o profissional de Serviço Social não pode intervir somente no “pedaço”, no problema, mas deve adotar um enfoque integral, ou seja, precisa conhecer a estrutura da família e como esta encontra-se inserida no contexto social.

Os assistentes sociais das Varas de Família do Fórum de Justiça da Comarca da Capital desenvolvem ações de cuidado direcionadas as famílias que se encontram em situações especiais, ou seja, famílias que em determinados momentos de seu ciclo de vida, enfrentam situações que acabam colocando em questão todos os relacionamentos estabelecidos até então e para os quais têm que encontrar novas respostas.

A necessidade de transformação das famílias que procuram o setor de Serviço Social são justificadas pela demanda que apresenta transformações advindas do contexto social o qual estão inseridas, como também pelos acontecimentos decorrentes do próprio ciclo de vida das famílias, como a separação conjugal e pelos diferentes processos de desenvolvimento dos membros da família, como o envelhecimento.

O trabalho nestas situações tem um caráter preventivo, objetivando dar sustentabilidade ao processo de reorganização das famílias, ou seja, possibilitar que elas mesmas desenvolvam sua capacidade de reconhecer as mudanças que podem ser realizadas em seu âmbito.

Os assistentes sociais devem intervir no sentido de ajudar a família na identificação de suas dificuldades e a possibilidades de transformação, com o intuito de negociar a situação apresentada e, se for por vontade dos sujeitos, alterar sua dinâmica de uma maneira construtiva.

As ações desenvolvidas pelos assistentes sociais das Varas de Família devem estar vinculadas ao nível de proposição, articulação e avaliação de políticas sociais, como também ao nível de organização e articulação de serviços.

Segundo Miotto (1999) as ações profissionais que envolvem famílias devem ser desenvolvidas dentro de um processo compartilhado entre as mesmas e os assistentes sociais, preservando a autonomia destas famílias.

Desta forma, torna-se necessária uma ação integrada de todos os níveis que trabalham com o cuidado das famílias, possibilitando uma ação profissional mais condizente com a realidade.

No próximo item demonstraremos nossa intervenção enquanto estagiária a partir de ações de cuidado ilustradas em um processo de mediação familiar realizado no período de Estágio Curricular Obrigatório.

Salientamos que não resgataremos a fala das partes envolvidas, mas tentaremos descrever como se deu a mediação baseando-nos nas anotações registradas em nosso Diário de Campo.

Usaremos como roteiro as etapas do processo de mediação descritas por Carmo (1999).

## 2.6 AÇÕES DE CUIDADO

Apresentaremos, como já colocamos anteriormente, nossa intervenção dentro de um processo de mediação, realizado no período que antecedeu a implantação do setor de Mediação Familiar, através das seguintes etapas:

- **Acolhida**

Inicialmente o usuário procurou a instituição, onde pegou uma senha na recepção e aguardou ser chamada.

Através do programa de atendimento ao público recebemos o usuário chamado-o no primeiro momento por seu número, cumprimentando-o verbalmente e olhando em seus olhos.

Em seguida foi conduzido para uma sala individual, onde permaneceu em pé, correndo os olhos pelo referido recinto, até receber o nosso convite para sentar-se.

Constatamos que o primeiro contato se faz a partir do ambiente físico, pois ele emite mensagens, não constitui-se em um espaço neutro, embora tenhamos que preservá-lo ao máximo de interferências externas.

Assim, devemos preparar este espaço pois ele faz parte do processo de mediação.

Em seguida, identificamos o nome do usuário que aqui trataremos pelo nome fictício de Ana, além de nos identificarmos como estagiária, mostrando nossa disposição em ouvi-lo.

Ao chamarmos o usuário pelo nome estabelecemos com ele uma relação única, apreendendo-o como indivíduo. Portanto, transmitimos segurança e apoio para que Ana pudesse se expor com confiança e privacidade.

- **Atendimento**

O atendimento propriamente dito se iniciou a partir de nossa disponibilidade em compreender o que levou Ana a procurar o setor de Serviço Social. A partir de nossa receptividade Ana começou a contar sua problemática.

Revelou-nos que convivia há onze anos com seu companheiro, desta união nasceram dois filhos, uma menina de dez anos e um menino de três. Percebemos a alegria de Ana ao falar nos filhos, sua expressão facial mudou, ela sorriu. Mas logo em seguida, ao começar a falar do companheiro voltou a se tornar tensa e ansiosa como ao entrar na sala.

Contou-nos que vem enfrentado problemas conjugais há sete meses, que o companheiro tornou-se agressivo com ela e com as crianças, que havia mudado muito desde o casamento, embora sempre tivessem se desentendido. Já encontravam-se inclusive, em quartos separados. Além de não estar trabalhando, ela é quem está mantendo todos os gastos da casa.

Colocou-nos que já havia pensado inúmeras vezes, estava decidida a separar-se e que acreditava que ele tinha a mesma opinião.

Assim, a partir de nossa concentração na fala de Ana, na exposição de seu problema, iniciou-se nosso processo de investigação, nos fornecendo as informações necessárias para dar as orientações e encaminhamentos.

Ana durante sua exposição colocou-nos que gostaria de resolver a separação o mais rápido possível, pois todos encontravam-se desgastados, além de não estarem bem financeiramente. Aliás, deixou bem claro que a situação financeira da família mudou muito desde que o companheiro ficou desempregado, demonstrado frustração e tristeza.

Diante do exposto, iniciou-se a resposta ao conteúdo, onde identificamos os pontos mais importante expostos por Ana, refletindo-os de forma resumida e organizada.

Para tanto, anotamos alguns dados, que poderiam ser utilizados posteriormente.

- **Resposta ao conteúdo**

Expusemos a metodologia de intervenção adotada no setor de serviço Social: o prosseguimento pela mediação familiar ou o encaminhamento para advogado.

Ana optou pelo prosseguimento da mediação, então marcamos um retorno, com a presença de seu companheiro que chamaremos pelo nome fictício de Jorge.

Agendamos um horário de acordo com nossa disponibilidade, bem como a do casal. Jorge seria avisado através de uma carta-convite escrita por nós, contendo o dia e horário para comparecer ao setor, devendo ser entregue em suas mãos por Ana.

- **Negociando o conflito**

Demos continuidade ao processo de mediação com Ana e Jorge juntos, no dia e horário combinado.

Como Jorge não compareceu no primeiro contato, iniciamos esta etapa do processo de mediação familiar explicando os motivos que levaram Ana a procurar o setor de Serviço Social, apresentando uma problemática relacionada a separação e colocando que o motivo do encontro era para que ambos pudessem tentar conversar e resolver a situação através de um acordo.

Abrimos então espaço para que Jorge pudesse argumentar, colocando seu ponto de vista, pois gostaríamos de ouvi-lo da mesma forma que ouvimos Ana.

Mostrando-se tenso com a situação, colocou-nos que sempre mantiveram um bom relacionamento, apesar de pequenas brigas, mas desde que ficou desempregado, há sete meses, a situação do casal começou a se modificar, até chegar a situação atual, em que se encontram dormindo cada um com um filho.

O relacionamento com os filhos também mudou, sente que os filhos se afastaram junto com a mãe, acredita que seja por influência desta. Jorge demonstrou ter muita mágoa da mulher e dos filhos.



Lembrou-se de quando estava empregado tinha uma renda satisfatória, somada a da mulher, proporcionava a família uma vida confortável, faziam muitos passeios, estavam sempre juntos. Mas o desemprego fez com que Ana passasse a exercer o papel de provedora, mudando todos os hábitos da família. Enquanto Jorge se colocava, nós o escutávamos atentamente, percebemos que Ana também fazia o mesmo, esboçando algumas reações.

Em seguida, passamos a palavra para Ana que apresentando uma posição divergente falou-nos que Jorge quando estava empregado, se achava no direito de mandar na casa, de controlar a vida dela e dos filhos. Não tinham direito de escolha tinham que fazer tudo o que ele queria.

Mas o fato dele perder o emprego fez com que ela percebesse que podiam se manter sem Jorge, pois apesar de receber um salário relativamente baixo, era o que estava mantendo a casa. Resolveu dar um “basta”, enquanto ainda é jovem e bonita, não queria mais viver em condição de submissão.

Diante do exposto por Ana e Jorge, nos manifestamos objetivando a compreensão e a reflexão do que colocaram, permitindo que ambos encontrassem a solução mais condizente com a realidade de sua família.

#### • Acordo

Caracterizou-se como o resultado final do processo de mediação, explicitando tudo o que Ana e Jorge decidiram juntos na dissolução de sua sociedade conjugal.

Como já colocamos no primeiro capítulo deste trabalho que atualmente são as mulheres que vêm tomando a iniciativa pela separação, pois o atual modelo de conjugalidade se caracteriza pela instabilidade, ou seja, os valores já não são mais tão rígidos e as regras podem ser revistas. Além do mais as mulheres estão se tornando mais independentes, estão estudando mais, se profissionalizando, não considerando o casamento como um “emprego”.

Salientamos que a qualidade de vida da família de Jorge foi comprometida como a de outras famílias pela política econômica do governo, que não consegue oferecer condições mínimas de sustentação, se caracterizando como mais uma fonte de estresse familiar.

Embora a problemática de Ana e Jorge tenha apresentado aparentemente as mesmas características de tantas outras famílias foi, como as outras, vista e tratada de

maneira única, dentro de suas particularidades, sem deixar de considerar o contexto no qual se insere.

Percebemos também que a situação de crise desta família, não se manifestou somente pelo fato de Jorge perder o emprego, isto é somente um dos fatores, mas já vem desde o início do casamento, a partir de expectativas frustradas. Ambos construíram o relacionamento a partir da visão idealizada do companheiro, e viveram durante onze anos tentando adaptar o outro ao seu modelo sonhado, o que sempre gerou pequenos desentendimentos que somados a outros fatores, acabaram minando o relacionamento.

Consideramos a família tratada aqui como um sistema aberto, assim, ela sofreu pressões internas e externas que abalaram o seu funcionamento como um todo. Portanto, o desemprego enfrentado por Jorge, constituiu-se em um momento crítico colocando em xeque toda a pauta de relacionamentos estabelecidos até então, sendo trabalhada por nós dentro de uma perspectiva de totalidade, pois “mexeu” com todos os membros da família. Eles apresentaram muitas dificuldades e resistência em se adaptar às mudanças que foram impostas à família.

Em relação a exposição da problemática para Jorge, evitamos entrar nos detalhes colocados por Ana para que ele não se sentisse em posição de desvantagem pelo fato de não ter procurado o setor primeiro, mudando sua postura de estar no encontro somente para se defender.

Além disso, tivemos que manter nossa neutralidade, imparcialidade, não podemos tomar partido, julgar o que é certo, o que é errado, dizer que não aceita tal atitude ou que se fosse ele(a) faria determinada coisa.

Diante do exposto ao longo dos itens, percebemos a importância de se captar as mensagens não verbais, como as expressões faciais do casal em destaque, bem como os comportamentos e sentimentos, que vão se revelando ao longo dos depoimentos, conforme tratam de determinado assunto ou quando escutam algo dito pelo outro.

Assim, aumentamos a nossa chance de compreender realmente a problemática apresentada por este casal, pois como sabemos, não basta entender somente as palavras das pessoas envolvidas, temos que captar suas emoções, sua carga afetiva.

Destacamos para o casal a importância de sua autonomia em decidir o que achavam melhor para todos os membros envolvidos. A partir de suas vivências, de

suas experiências que foram sendo estabelecidas suas prioridades, achando a alternativa ou as alternativas mais condizentes com sua realidade.

É importante que as partes se coloquem de maneira igual, devemos delimitar este espaço se houver alguma dificuldade, mas não podemos disputar espaço na fala com elas, pois através da exposição de sua situação é que acabam encontrando alternativas próprias de resolução de seus problemas.

Desta forma, nos manifestamos tendo como objetivo a reflexão de ambos para o propósito do encontro, ou seja, não estávamos na sala para buscar inocentes e culpados, mas encontrar uma solução prática e condizente com a realidade desta família.

Fomos conduzindo a negociação dos direitos e deveres de ambos, despertando no casal a sua capacidade de compreensão, reflexão e escolha.

Após propostas e contrapropostas optaram pela separação, pois a crise chegou em um ponto que acabou comprometendo o convívio familiar, além do que fazer em relação aos bens adquiridos, guarda de filhos, alimentos e visitas.

Explicamos o direito dos filhos em receber a pensão, de acordo com as necessidades deles e a possibilidade do pai que no momento encontra-se desempregado.

Colocamos a necessidade de se manter o vínculo entre filhos e pai, pois este mesmo não sendo o guardião pode participar da educação destes, tendo um importante papel na formação pessoal das crianças.

A separação, antes desconsiderada, hoje se constitui em uma alternativa para a resolução dos conflitos conjugais.

A decisão do casal pela dissolução da sociedade conjugal através da mediação caracterizou-se em uma alternativa rápida, menos desgastante e sem nenhum custo para o casal. Eles decidiram o que poderia ser melhor para todas as partes envolvidas.

Contudo, sabemos que embora Ana e Jorge tenham saído do setor demonstrando satisfação com o acordo, o processo de separação tem a sua carga de sentimentos, é complexo, traz à tona um misto de sentimentos, além da quebra de expectativas.

Sentimos durante a nossa intervenção que as questões relacionadas à família e aos conflitos conjugais devem ser conduzidos com todo o cuidado e atenção, mesmo que o casal esteja de comum acordo, pois é um processo que envolve perdas sejam materiais ou afetivas. E por mais que as pessoas mostrem-se decididas para nós, é uma

questão como a própria Ana nos colocou, pensada inúmeras vezes até se chegar realmente a decisão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizarmos o presente trabalho, teceremos algumas considerações sobre a temática apresentada.

Constatamos que a família vem sofrendo inúmeras transformações em sua estrutura, seus papéis, seus valores, entre outros, devido a sua necessidade de se adaptar aos avanços da modernidade.

Estas transformações estão relacionadas à questões econômicas, sociais, políticas e também culturais e afetivas, fazendo com que a família desenvolva vários conflitos em seu âmbito.

Podemos identificar claramente esta realidade na demanda do setor de Serviço Social das Varas de Família, expressadas por muitos casais que enfrentam problemáticas de ordem conjugal.

Como sabemos a relação conjugal constitui-se em um processo dinâmico evolutivo, onde entram todas as motivações ligadas às fantasias, desejos, necessidades e frustrações presentes no decorrer da vida de cada cônjuge.

Assim, os relacionamentos onde um alto grau de expectativa se faz presente, tem maiores probabilidades de apresentar mais conflitos.

Aprendemos que para estabelecer uma base conjugal sólida, a união conjugal deve ser encarada como um momento de crescimento pessoal de ambos os cônjuges. Ou seja, eles têm que se dedicar à relação, se empenhar para manter o vínculo em todas as suas circunstâncias, mas para isso precisam antes de tudo, nutrir admiração, carinho e respeito mútuo.

Mas o que verificamos nas pessoas que procuram o setor de Serviço Social é que elas não estão conseguindo lidar com as mudanças que lhes são impostas, não

conseguem vê-las de um maneira construtiva, como aconteceu com a situação apresentada, que acabou resultando na separação conjugal.

Esta situação exige que os assistentes sociais busquem alternativas que atendam as reais necessidades destas famílias.

Desta maneira, o profissional deve focar a família enquanto um sistema, trabalhando-a em sua totalidade, ou seja, considerando que todas as suas mudanças, internas ou externas, abalam o funcionamento da família como um todo.

Verificamos que os problemas de ordem familiar e conjugal trazem à tona muitos sentimentos, emoções, ou seja, uma grande carga de subjetividade, o que exige dos assistentes sociais uma postura própria, somada aos conhecimentos adquiridos ao longo da vida acadêmica e específicos da área de atuação.

Estes profissionais precisam ter bem claro que, embora a problemática apresentada seja aparentemente a mesma, cada família deve ser tratada de maneira única, com todas as suas particularidades e sua carga subjetiva.

Além disso, os assistentes sociais não podem se esquecer do contexto maior no qual estas famílias estão inseridas, pois não se pode pensar a família sem considerar seu contexto social, ou seja, ambos não podem ser trabalhados separadamente, desconsiderados um do outro.

Entendemos ser muito importante a discussão relacionada ao cuidado que não somente estes profissionais, mas todos os que estão envolvidos no trabalho com família, devem ter, pois por trás da problemática apresentada existem inúmeras outras questões que não podem ser desconsideradas.

Acreditamos que este trabalho, possa contribuir para uma reflexão à respeito do assunto e promover futuras discussões, pois somente a partir do momento em que as famílias são cuidadas, é que elas podem se constituir realmente em um espaço de cuidado e proteção de seus membros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Viviane Lima. **Tramas e dramas da afetividade na relação conjugal conflituosa: um olhar do serviço social das varas de família – fórum da capital.** 67f. 1995. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

ANTON, Iara Camaratta. **A escolha do cônjuge: motivações inconscientes.** Porto Alegre: Sagra, 1991.

BENTO, Andréa. **Serviço Social e processo de trabalho nas varas da família do fórum de Florianópolis.** 106p. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

-----, **Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Coletânea de Leis – Conselho Regional de Serviço Social, 12ª região – Santa Catarina.

CAHALI, Yussef Said. **Código Civil.** 3. ed. revis., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2001.

CALLIGARIS, Contardo et al. **O laço conjugal.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994. p.11-23.

CARMO, Valéria do. **Mediação Familiar: uma prática do serviço social das varas da família do fórum da comarca de Florianópolis.** 126p. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina. 1998.



CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **O desafio contemporâneo do fazer ciência:** em busca de novos caminhos/descaminhos da razão. In: Revista Serviço Social e Sociedade n.º 48. São Paulo: Cortez, 1995.

ESPÍNDOLA, Arlete Maria Milanez. **A expectativa dos homens e mulheres frente ao casamento.** 1995. 60p. Monografia (Especialização em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

FERGUNSON, Marylin. **A conspiração aquariana:** transformações pessoais e sociais nos anos 80. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

GAUDÊNCIO, Paulo. **Minhas razões, tuas razões:** a origem do desamor. 2. Ed. São Paulo: Gente, 1994.

GOLDANI, A. M. **As famílias brasileiras:** mudanças e perspectivas. Caderno de Pesquisa. v. 91. São Paulo, 1994.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas:** um estudo sobre mulheres e relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: APONCS, 1993.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade:** dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Caderno do Cress/CE, 3ª região. Fortaleza: Mimeo, 1997.

ILADI, Adriana de Souza. **O novo enfoque sistêmico do papel feminino no relacionamento conjugal:** crises e transformações. 72p. 1994. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

JABLONSKI, Bernardo. **Até que a vida nos separe:** a crise do casamento contemporâneo. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

LUCIANO, Denise. **Encantos e desencantos do relacionamento conjugal**: uma questão romântica ou sócio-cultural? 59p. 1995. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

MALDONADO, Maria Tereza. **Casamento**: término e reconstrução. 4. ed. Vozes, 1991.

MALHEIROS, Fernando. Os laços conjugais e os novos rumos da família. In: CALLIGARIS, Contardo et al. **O laço conjugal**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994. p. 65-77.

MATARAZZO, Maria Helena. **Amar é preciso**: os caminhos para uma vida a dois. São Paulo: Gente, 1992.

MINUCHIN, Patrícia; COLAPINTO, Jorge; MINUCHIN, Salvador. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis**. Texto direcionado a avaliação da disciplina Processo de Trabalho no Serviço Social II. 1999. p. 20-25

----- Família e saúde mental: contribuições para a reflexão sobre processos familiares. In: **Revista Katálisis**. Florianópolis: Editora da UFSC, fev. de 1998.

----- Famílias e serviço social: contribuições para o debate. In: **Revista Serviço Social e Sociedade n.º 55**. São Paulo: Cortez, 1997.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: nota para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade n.º 50**. São Paulo: Cortez, 1996.

PUGA, Tania Raizaro. **Mediação familiar:** uma discussão no âmbito do serviço social. 89p. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

RODRIGUES, Iara. **As novas agregações familiares:** uma realidade vivenciada no fórum de Fpolis/SC. 50p. 1995. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

SANTA CATARINA. Gabinete da Presidência. **O serviço social no poder judiciário de SC:** construindo indicativos. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001.

SAWAIA, Bader Burihan. A falsa cisão retalhadora do homem. In: MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria Lucia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Tanus (org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998. 96-109p.

SOUZA, Maria do Rocio Mendes. 117p. 1997. **Serviço social e a questão da subjetividade: um desafio contemporâneo.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

SPOSATI, Aldaíza. Conhecimento da verdade e o exercício do poder. In: MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria Lucia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Tanus (org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as diferentes áreas do saber.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 66-77p.